

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ATA DA 74ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL-27/11/2013**

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e treze, das nove às 18 horas, na Sala
2 Mário de Andrade, térreo, do Edifício do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
3 Nacional, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio
4 Cultural. Sob a presidência da Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
5 Nacional, Juremas Machado, contando com a presença dos Conselheiros: Ângela Gutierrez,
6 Arno Wehling, Breno Bello de Almeida, Luiz Phelipe de Castro Andrés, Lúcia Hussak Van
7 Velthem, Luiz Viana Queiroz, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres
8 Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro, Synézio Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra
9 de Meneses, representantes de sociedade civil; Acir Pimenta Madeira, representante titular
10 do Ministério do Turismo; Ângelo Oswaldo de Araújo, representante titular do Instituto
11 Brasileiro de Museus-Ibram; Carla Maria Casara, representante titular do Instituto
12 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama; Eduardo Dias
13 Comas, representante titular do Ministério da Educação; Cléo Alves Pinto de Oliveira,
14 representante titular do Ministério das Cidades; Cristiana Nunes Galvão Barreto,
15 representante titular da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB; Eugênio Ávila Lins,
16 representante titular do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS; Maria da
17 Conceição Alves de Guimaraens, representante titular do Instituto de Arquitetos do Brasil-
18 IAB; Roque de Barros Laraia, representante da Associação Brasileira de Antropologia-ABA,
19 para deliberação da seguinte Ordem do Dia: Ponto 1º - Proposta de Tombamento do Teatro
20 Castro Alves-Salvador-BA - Processo nº 1.509-T-03 e Inscrição no Livro do Tombo
21 Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Relator: Conselheiro Eugênio Ávila Lins;
22 Ponto 2º - Proposta de Tombamento do Terreiro de Candomblé Casa de Oxumaré Araká
23 Axé Ogodô - Salvador- BA- Processo nº 1.498-T-02-BA. Relator: Conselheiro Roque de
24 Barros Laraia. Ponto 3º - Proposta de Registro da Festividade do Glorioso São Sebastião na
25 Região do Marajó Relatora: Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca. Ponto 4º Consulta

26 ao Conselho sobre Instrução de Processo de Tombamento dos Edifícios Rui Barbosa e
27 Joaquim Nabuco, na Rua Maria Antônia-São Paulo-SP – Processo nº 1.524-T-05-SP-
28 Apresentação pelo Técnico do Depam Antonio Miguel Lopes de Sousa. Ponto 5º -
29 Aprovação das Atas das 72ª e 73ª reuniões. Justificaram ausência os conselheiros Ítalo
30 Campofiorito e Nestor Goulart Reis, representantes da sociedade civil. Convidados
31 presentes: Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy; Carlos Amorim,
32 Superintendente do Iphan no Estado da Bahia; Anna Beatriz Ayrosa Galvão,
33 Superintendente do Iphan no Estado de São Paulo; Maria Dorotéa de Lima, Superintendente
34 do Iphan no Estado do Pará. **Abertura:** Presidenta abriu a reunião com as seguintes
35 palavras: “ Bom dia a todos os Conselheiros. Hoje é um dia muito especial em que se inicia
36 um novo ciclo de mandato do Conselho com novos membros, muito bem-vindos aqui.
37 Muitos de vocês já se conhecem. Tivemos uma renovação parcial do Conselho,
38 especialmente naquelas indicações das entidades e dos organismos governamentais que eu
39 acho que vai trazer também contribuições muito importantes ao longo desse período. Houve
40 um esforço grande no sentido de diversificar ao máximo as formações profissionais, as
41 origens regionais para ter um Conselho mais representativo da diversidade do país. Então,
42 hoje é um dia de fato muito especial. Daqui a pouco discutiremos uma a pauta rica e
43 interessante e, também contaremos com a presença da Ministra Marta Suplicy, prevista de
44 estar aqui por volta de 11h30. Antes de iniciar a Ordem do Dia, pediu para dar informes
45 sobre a Marina da Glória e sobre o PPCUB-Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico
46 de Brasília, Projeto de Lei de autoria do Governo do Distrito Federal. Passou a palavra para
47 o diretor do Depam, Andrey Schlee, que relatou os trabalhos da Comissão Especial da
48 Marian da Glória, criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que já reuniu três vezes com a
49 participação do Iphan, destacando que há uma definição hoje muito clara que a Marina deve
50 ser voltada exclusivamente para atividades náuticas, estando completamente descartado o
51 uso ou a construção de um espaço multiuso e qualquer espécie de centro de convenções. No
52 sentido de garantir um desenho para a área, a Comissão pretende elaborar um termo de
53 referência para promoção de concurso público internacional de arquitetura para a Marina da
54 Glória. No momento, a empresa chamada BR Marinas, maior empresa de gestão de marinas
55 no Brasil, que hoje gerencia as marinas do litoral carioca, Angra, Búzios, por exemplo, passa
56 a explorar a área e a Comissão quer conhecer as demandas da empresa. Essa empresa
57 apresentou uma espécie de programa de necessidades voltado para a questão de ocupação da
58 área com uma atividade náutica. E também as reivindicações relacionadas aos jogos
59 olímpicos que vão ocorrer no Rio de Janeiro. O Diretor Andrey declarou que “a opção dessa

60 Comissão foi encaminhar uma espécie de plano diretor, um zoneamento do que é que
61 poderia e não poderia ser utilizado do ponto de vista daquela região”. Tranquilizou o
62 Conselho afirmando que este começa a ter domínio novamente sobre o tema e, sobretudo,
63 relacionado à ocupação totalmente desregrada daquele espaço. Acrescentou, como aviso ao
64 Conselho, que se está trabalhando no longo prazo, e que se prevê a ocupação futura, e no
65 sentido se possível permanente da Marina, mas que haverá uma ocupação muito mais densa
66 durante os jogos olímpicos, porque toda a área será ocupada por embarcações de pequeno e
67 médio porte, já que aquela ali será a raia olímpica para os esportes náuticos. O Conselheiro
68 Marcos Azambuja se manifestou dizendo que todo cuidado é pouco, pois é um assunto que
69 está na alça de mira da opinião pública e que seria útil um permanente processo de revisão,
70 demonstrando o andamento do tema, pois há nessa opinião pública uma sensação, hoje, *a*
71 *priori*, de que pode haver um desvio da norma e do objetivo central, para que o Conselho
72 trabalhe. Outro Conselheiro que se manifestou foi Ulpiano Meneses que disse estar com o
73 sentimento de alívio e cumprimento do que se esperava do Iphan. Em seguida a presidenta
74 retomou a palavra e esclareceu o porquê do informe que iria apresentar. “Bom, eu vou dar
75 um informe cujo conteúdo eu acho também muito valioso aqui para o IPHAN e para o
76 Conselho compartilhar o debate que está instalado hoje em torno de uma proposta de um
77 plano chamado de Plano de Preservação do Conjunto Urbano de Brasília-PPCUB, que em
78 termos mais convencionais é uma norma de uso e ocupação do solo para a área tombada.
79 Essa questão ela é tão diversa, tão complexa, que eu escrevi um texto sobre ela porque talvez
80 seja a forma mais rápida e mais precisa fazer informação. Até porque eu teria que historiar
81 uma série de coisas, e talvez dessa forma seja mais rápido. Acho que muitos dos Senhores
82 sabem antes da presença do IPHAN eu fui, durante 10 anos, Coordenadora do Setor de
83 Cultura da Representação da UNESCO no Brasil. Então todo esse debate na relação área
84 tombada/UNESCO eu acompanhei muito de perto, não do lado do governo brasileiro
85 responsável pelas ações, mas do lado da UNESCO que observava e monitorava. Então
86 coincidentemente na minha trajetória eu consegui ter as duas visões e venho acompanhando
87 esse tema já há muito tempo. Então, até o meu relato ele parte um pouco dessa trajetória.
88 Então vou pedir licença para fazer essa leitura que eu acho que vai ser a forma mais rápida
89 de abordar a totalidade do problema. “Em 2001, veio a Brasília uma missão de
90 monitoramento da UNESCO, formada por Herman van Hoof, especialista da própria
91 organização, e Alfredo Conti, arquiteto indicado pelo Icomos. A Unesco havia recebido
92 denúncias de graves danos ao patrimônio da cidade e o ambiente era de tensão entre o Iphan
93 e o Governo do Distrito Federal. Ao final de intensa semana de trabalho, o Representante da

94 Unesco no Brasil à época, perguntou a Herman van Hoof o que ele, em síntese, apontaria
95 como sendo o grande problema da cidade. Herman respondeu, e depois registrou
96 enfaticamente em seu relatório, que se tratava da indefinição de competências, da desordem
97 normativa e de todos os aspectos relacionados à gestão. A esse ponto, central nas
98 recomendações da Unesco, pouca importância se deu. Parece não ter ficado claro que
99 problemas clássicos, como puxadinhos, hotéis da orla do lago, ou o 7º pavimento não são
100 nada mais do que consequência desse aspecto indicado como decisivo pelos dois
101 especialistas. Passaram-se mais de 10 anos, ao longo dos quais a Unesco seguiu
102 pacientemente pedindo ao governo brasileiro relatórios anuais que demonstrassem os
103 progressos havidos. Recebeu respostas conflitantes, muitas vezes evasivas, que só fizeram
104 deixar patente a descoordenação e o aprofundamento do problema. No início de 2012, veio
105 outra missão, agora conduzida pelos arquitetos Calvo e Sambricio, e a situação não é
106 diferente. Dessa vez, o GDF apontou a elaboração do Plano de Preservação do Conjunto
107 Urbano de Brasília – PPCUB - como uma possível resposta; o Iphan, naquele momento, não
108 mostrou entusiasmo com essa proposta e apresentou sua Portaria 68, relativa ao entorno, e os
109 movimentos preservacionistas disseram que nenhuma nova norma seria necessária, que a
110 Portaria Iphan 314/92 já respondia por tudo. O relatório da missão, resultado de enorme
111 esforço da Unesco e dos relatores, foi, em relação a 2001, mais do mesmo, porque a
112 realidade, infelizmente, assim era. Já vem de longo tempo que o Iphan experimenta uma
113 situação de quase imobilidade frente à dimensão dos problemas de Brasília e ao seu
114 emaranhado normativo. Diferente do que comumente se imagina, o problema não se resume
115 à falta de profissionais, mas sobretudo à falta de um aparato de normas que seja
116 suficientemente claro e abrangente para minimizar incertezas, desacertos e insegurança
117 jurídica. É fácil para quem não tem a tarefa cotidiana de responder por problemas muito
118 concretos, todos eles com sérias consequências legais para o tomador de decisões, dizer que
119 todas as respostas são encontráveis em textos de imenso valor histórico e referencial, mas,
120 muito deles, não são de natureza jurídica ou, quando são, não são detalhados o suficiente
121 para responder pela extensão e complexidade que os mais de 50 anos de vida imprimiram à
122 cidade. Quem afirma que bastam os documentos legais que fundamentaram a inscrição de
123 Brasília na Lista do Patrimônio Mundial certamente ignora o arsenal normas de diferentes
124 formatos e graus de detalhamento, produzidas ao longo dos anos que se seguiram à
125 construção da cidade e ao seu tombamento. Muito resumidamente têm-se: - quatro códigos
126 de edificações, de 1960, 1967, 1989 e 1998; Resoluções do Conselho de Administração da
127 Novacap; as Decisões do CAU, nas décadas de 1970/80; decisões do CAUMA, até o início

128 dos 90; as Plantas-Gabarito, Normas de Gabarito, até as atuais NGBs e Planilhas de
129 Parâmetros Urbanísticos (PUR), NCGs e NRAs. Além dessas, as leis distritais, que
130 consolidaram algumas dessas normas e criaram outras. Tudo isso junto, afora as leis, gerou
131 algo em torno de 800 pequenas normas, quase edifício a edifício, ou tipologia a tipologia,
132 algo inadmissível e que pouquíssimos técnicos dominam. Como isso teria acontecido?
133 Quando do tombamento federal, o Iphan contava, de um lado, com o paralelismo entre o
134 Decreto 10.829/87, distrital, e a sua Portaria 314/92. A Portaria inteligentemente espelha o
135 Decreto para deixar patente, naquele momento, o alinhamento entre os dois entes. Como
136 desde o início identificou-se a necessidade de normativas, criaram-se os conselhos
137 mencionados, dos quais, após tombamento, passa a participar o Iphan, ainda que não
138 regularmente. Isso permitiu ao Instituto, naqueles anos iniciais, delegar a aprovação rotineira
139 de projetos ao GDF e atuar apenas nas excepcionalidades. Aos poucos, esses conselhos se
140 transformaram, a atuação do legislativo distrital, decorrente da Constituição Federal de
141 1988, introduziu novas complexidades e o Iphan, por uma série de razões, afastou-se da
142 produção dessas normas. Se, naquele início dos 90, foi possível se ater apenas aos casos
143 excepcionais, hoje não se sabe mais onde está a fronteira do excepcional. Excepcional para
144 quem? A verdade é que se o Iphan sair hoje às ruas hoje com um exército de fiscais é
145 perfeitamente possível que muitos dos autuados lhe digam que obedeceram a normas locais
146 em vigor há vários anos! E não estarão mentindo. Quando o GDF, em meados de 2012,
147 retomou mais efetivamente a elaboração do PPCUB, iniciado em 2009, no Iphan vimos a
148 oportunidade de abandonar a retórica e tentar interferir efetivamente no conteúdo da norma
149 que seria levada à aprovação da Câmara Legislativa. Destacamos profissionais valiosos da
150 nossa equipe para mergulhar fundo no projeto de lei em elaboração, contratamos consultores
151 externos para auxiliá-los, buscamos apoio em assessoria legislativa da Câmara Distrital e
152 insistimos, sem discurso nem demagogia, para influir no seu conteúdo. Posso afirmar que
153 esse mergulho na Brasília real representou, de um lado, uma tomada de consciência do Iphan
154 frente à realidade normativa que veio lhe escapando ao longo dos anos; de outro, uma
155 reflexão sobre o âmbito de atuação que nos é específico na preservação da cidade. Ao ver as
156 reações de desconfiança diante de qualquer tentativa de alteração legal – diga-se, alteração
157 de algo muito ruim - certamente o mais cômodo para o Iphan teria sido continuar na posição
158 de vítima indefesa, se esconder atrás de um discurso genérico e retórico, cuja consequência
159 acaba sendo deixar passar a caravana das transformações, como infelizmente tem passado.
160 Ter uma norma distrital que consolide as regras de uso, ocupação e parcelamento do solo na
161 área tombada representa, do lado do DF, colocar as cartas sobre a mesa. Se essa norma

162 distrital for aderente aos valores do tombamento, poderemos voltar, onde houver
163 alinhamento, a reservar ao GDF a rotina de análise de projetos e de fiscalização, para
164 atuarmos, com foco e efetividade, utilizando os instrumentos que são próprios da legislação
165 federal, nas divergências que eventualmente permanecerem. Tudo isso a ser regido por uma
166 regra de convivência, que é o futuro desejado, não apenas para Brasília, mas para todos os
167 sítios urbanos tombados no Brasil, onde se clama por conciliar a gestão do patrimônio com
168 as disposições urbanísticas. O Iphan opinou sobre metodologia e forma do texto legal que o
169 GDF vem produzindo e teve parte de suas observações acatadas. A principal incorporação
170 das propostas do IPHAN se deu nas seções iniciais do texto que tratam de conceitos. Vários
171 especialistas entendem que, enquanto forma, clareza e técnica legislativa, o texto poderia
172 ainda ser melhorado e nesse sentido o Iphan teria ainda contribuições a aportar. No mérito,
173 as questões mais relevantes colocadas pelo Iphan foram aceitas, embora não tenhamos ainda
174 recebido a versão final do texto. A última reunião entre o Iphan e o GDF no sentido da
175 aproximação das propostas deu-se no dia 19 de novembro, quando o Secretário Geraldo
176 Magela registrou nossas propostas, informando a disposição de aceitá-las. No dia seguinte,
177 soubemos pela mídia que as alterações que propusemos haviam sido aceitas. No entanto, não
178 vimos sua forma final, se é que um novo texto já foi produzido. Quanto à previsão de
179 instrumentos de gestão, vital para o Iphan e vital aos olhos da Unesco, ideias foram
180 sugeridas pelo GDF e o Iphan ainda precisa consolidar sua proposta. Avançamos
181 internamente, temos uma proposta produzida, mas não voltamos a discuti-la com o GDF.
182 Concluindo, avaliamos que o conjunto produzido e a produzir indica que não estamos longe
183 de uma solução que pode representar um território definido e um marco para uma atuação
184 mais precisa e qualificada de ambos os entes na gestão do sítio. No entanto, ninguém se
185 iluda de que, qualquer que seja o texto final, haverá quem critique as posições do Iphan, ou
186 de ambos: - por exemplo, os mais ortodoxos criticarão a admissibilidade da regularização
187 dos puxadinhos; os potenciais concorrentes reclamarão da possibilidade de crescimento dos
188 pequenos hotéis nos setores hoteleiros e o debate político sempre traz outras variáveis, nem
189 sempre circunscritas ao conteúdo da proposta em si. Essa experiência nos deixa algumas
190 certezas: independente do destino que o governo distrital, a sociedade e o legislativo derem
191 ao PPCUB, o Iphan detalhará, mantendo seus princípios e sua estrutura, a sua Portaria 314.
192 Se pudermos contar com a compatibilidade com a norma local, como vimos seriamente
193 tentando desde 2009, e com maior intensidade desde 2012, nosso trabalho ganhará em
194 qualidade e efetividade. Se não pudermos, teremos pelo menos a certeza de ter feito um
195 esforço responsável de dar maior racionalidade ao ambiente do debate sobre a preservação

196 de Brasília”. Pediram a palavra para prestar apoio à presidenta, os Conselheiros Maria
197 Cecília Londres Fonseca, Maria da Conceição Guimaraens, Luiz Felipe Andrés e Ângelo
198 Oswaldo. A Conselheira Cecília Londres Fonseca disse que o relatório lido era objetivo,
199 claro e bastante preciso na parte da história, como também na descrição das providências.
200 Ressaltou a importância das iniciativas, pois como pessoa que conviveu com o Iphan vida
201 inteira e, sobretudo como moradora do plano piloto durante mais de 20 anos assistia
202 perplexa coisas acontecerem e, à época, não via da parte do Iphan, do poder público,
203 nenhuma reação. Para a Conselheira Maria da Conceição Guimaraens, o Iphan está partindo
204 da Brasília real para poder agir e trabalhar. O Conselheiro Luiz Felipe Andrés comentou
205 que outros centros históricos também vêm enfrentando o mesmo problema. O mais
206 chocante, segundo ele, é a W3, uma artéria no coração de uma área tão planejada, tão
207 celebrada, totalmente abandonada e degradada. Citou problemas similares em São Luiz,
208 centro histórico. De acordo com ele, o momento em que se avançou mais foi quando se criou
209 uma Comissão Técnica que unia os três níveis que intervêm na área, quando então mais se
210 produziu resultados. O Conselheiro Ângelo Oswaldo disse que enfrentou isso com o Iphan
211 em Outro Preto, sendo conseguida uma norma que atendeu com resultado altamente
212 positivo. Não havendo mais nenhuma manifestação a Presidenta deu início à discussão da
213 Ordem-do-Dia prevista para a parte da manhã. **Ponto 1º - Proposta de Tombamento do**
214 **Teatro Castro Alves-Salvador-BA - Processo nº 1.509-T-03 e Inscrição no Livro do**
215 **Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Relator: EUGÊNIO ÁVILA**
216 **LINS.** “A solicitação de tombamento do Teatro Castro Alves partiu do Sindicato dos
217 Arquitetos da Bahia – SINARQ, por meio do Ofício Nº 56/98, no bojo do pedido de
218 tombamento de vários imóveis no município de Salvador-Ba, tendo como áreas escolhidas
219 os “Conjuntos” do Corredor da Vitória, bairros Canela e Graça, além de imóveis isolados.
220 Esta solicitação deu origem ao Processo nº 1451-T-99 para o tombamento do “Conjunto
221 Arquitetônico do Corredor Vitória”, o qual foi encaminhado para a 7ª SR/Bahia para que
222 fosse instruído. Após um período de análise do Processo, por parte do corpo técnico da 7ª
223 SR/Bahia, foram selecionados quatro imóveis integrantes do “Conjunto Arquitetônico do
224 Corredor Vitória” para a realização dos trabalhos de instrução de Tombamento, entre os
225 quais o Teatro Castro Alves, localizado na Praça Dois de Julho/Campo Grande. Em 29 de
226 junho de 2000 o Superintendente da 7ª SR/Bahia, Francisco Santana, enviou o Memorando
227 Nº 231/00 para a Coordenação do DEPROT, informando a escolha dos bens imóveis a
228 serem instruídos para Tombamento e o pedido de recursos para a realização dos trabalhos.
229 Em 13 de junho de 2003, o Arquiteto Maurício de Almeida Chagas, então Superintendente

230 da 7ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –
231 Bahia, encaminhou o Memorando nº. 0377/03 ao Diretor do DEPROT/IPHAN, Doutor José
232 Hailon Gomide, no qual: “[...] solicita gestões necessárias a que se destaque (o Teatro
233 Castro Alves) do processo de tombamento de nº 1451-T-99, que tem como objetivo o
234 Conjunto de Edificações Ecléticas do Corredor da Vitória, ora em análise nesse DEPROT,
235 transformando-o em objeto de processo específico de forma a caracterizar, de maneira
236 clara e inquestionável, a efetivação, por parte do IPHAN, do primeiro tombamento de
237 monumento modernista em Salvador, inaugurando, localmente, um tipo de procedimento já
238 adotado com a sede do Ministério da Educação e Saúde (RJ), com o Conjunto Pampulha
239 (MG) e com o aterro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro”. (IPHAN, 2003, fl. 03). O
240 Superintendente Maurício Chagas destaca no memorando as qualidades arquitetônicas da
241 edificação que justificam o seu tombamento e coleciona os seguintes documentos: - Texto
242 do historiador e crítico de arte Clarival Prado Valladares intitulado “Considerações sobre o
243 TCA e sua interpretação estética”, de 1958 (ODEBRECHT, 1958, p. 54); - Levantamento
244 preliminar sobre a documentação do processo de Tombamento Nº 1451-T-99, no qual está
245 incluído o “Relatório Analítico do Bem Cultural” Teatro Castro Alves, realizado pela
246 arquiteta Ida Matilde Pela. Ainda durante o mês de junho de 2003, o Coordenador Técnico
247 de Proteção, José Leme Galvão Junior, encaminhou o memorando Nº 103/03
248 PROTEC/DEPROT ao Diretor do DEPROT, em que solicita o encaminhamento do dossiê
249 enviado pela Superintendência Regional ao Arquivo Noronha Santos para a abertura do
250 processo de tombamento. O trâmite do processo teve continuidade com Francisca Barbosa
251 Lima, Chefe do Arquivo Noronha Santos, que emitiu, no dia 30 do referido mês, o Termo de
252 Declaração. Neste documento, Francisca Barbosa declara que o processo nº 1509-T-2003,
253 referente ao pedido de tombamento do Teatro Castro Alves, encontra-se instruído com a
254 documentação restrita ao bem, retirada do processo nº 1451-T-98 – Conjunto Arquitetônico
255 do Corredor da Vitória. Em 11 de julho, a Sra. Chefe do Arquivo Noronha Santos
256 encaminhou ao Sr. José Hailon Gomide, Diretor do DEPROT, o processo de Tombamento
257 do Teatro Castro Alves, nº 1509-T-03, que ficou constituído como: volume I e anexos I, II e
258 III para as providências cabíveis. No andamento do processo, o Diretor o DEPROT
259 encaminhou, em 18 de julho de 2003, o referido processo à sua Coordenação Técnica de
260 Proteção. O projeto foi restituído em 29 de julho pelo então Coordenador Técnico de
261 Proteção, Arquiteto José Leme Galvão, através do Memorando nº 132/03, no qual emitiu
262 parecer circunstanciado acerca da pertinência do tombamento do Teatro Castro Alves. Em
263 11 de agosto, por meio do memorando nº. 206/2003, o Diretor do DEPROT manifestou o



264 seu endosso ao parecer emitido pelo Coordenador Técnico de Proteção/DEPROT e
265 encaminhou o referido processo à chefia do Gabinete da Presidência do IPHAN, a qual, de
266 forma subsequente, em 13 de agosto de 2003, o remeteu à Procuradoria para as providências
267 julgadas necessárias. O processo foi despachado em 21 de setembro de 2005, pela chefia da
268 Procuradoria Federal a Senhora Procuradora Tereza Beatriz da Rosa Miguel, para análise e
269 manifestação jurídica, tendo o processo sido redistribuído ao Procurador Antônio Fernando
270 Neri, em 14 de junho de 2007, para análise e manifestação. Em 2 de setembro de 2009, o
271 processo foi novamente redistribuído na Procuradoria Federal, por meio do despacho nº.
272 041/2009. Em 30 de outubro de 2009, o Procurador Federal Sr. Francisco Henrique Bomfim
273 se manifestou através do Despacho nº. 21/09 – PROFER/DF/IPHAN/FB, em que indica que,
274 desde a elaboração da justificativa do tombamento, já havia se passado *“mais de 06 (seis)*
275 *anos sem que o processo tivesse o seu deslinde”* (IPHAN, 2003, fl. 127). Pelo exposto,
276 requereu que os autos fossem baixados em diligência ao setor técnico competente do IPHAN
277 para que fosse realizada a devida atualização das informações técnicas e características do
278 bem. Tal manifestação foi ratificada através do Despacho nº. 155/2009 PF/IPHAN/GAB em
279 30 de novembro de 2009 pelo Procurador Geral e o processo foi remetido ao Departamento
280 de Patrimônio Material e Fiscalização para providências cabíveis. O processo foi, então,
281 encaminhado à Coordenação de Proteção do DEPAM, em 12 de janeiro de 2010, para as
282 devidas providências. Em 26 de fevereiro de 2010, a Coordenação de Proteção remeteu o
283 referido processo à Superintendência do IPHAN na Bahia para atendimento ao Despacho da
284 Procuradoria Federal. Em 02 de agosto de 2013, a Superintendência do IPHAN na Bahia
285 encaminhou a Presidência do IPHAN através do Despacho 0007/2013 – GAB/IPHAN/BA, o
286 *“Relatório e Parecer da Superintendência na Bahia do Processo de Tombamento do Teatro*
287 *Castro Alves – 1.509-T-03”*, acompanhado do documento *“Parecer sobre o Teatro Castro*
288 *Alves e seu Projeto de requalificação e ampliação”*, de autoria do Arquiteto Nivaldo Vieira
289 Andrade Junior, nomeado como consultor *ad hoc* pela Superintendência da Bahia *“como*
290 *parecerista com o duplo objetivo de avaliar a pertinência do tombamento, no âmbito*
291 *federal”* e de *“apreciar os impactos de requalificação e ampliação deste complexo, a ser*
292 *executado em breve e ora submetido ao IPHAN, nos valores culturais do TCA”* (IPHAN,
293 2003, fl. 134). O parecer do arquiteto Nivaldo Vieira Andrade Junior está estruturado em
294 duas sessões, a primeira trata *“Dos valores culturais do Complexo Teatro Castro Alves”* e a
295 segunda, *“Do projeto de requalificação e Ampliação do Complexo Teatro Castro Alves”*. Da
296 primeira sessão, merece destaque o estudo minucioso elaborado pelo referido arquiteto sobre
297 o processo de construção do Teatro e o levantamento da historiografia nacional, que trata da

298 importância arquitetônica do referido bem cultural. Já na segunda sessão, que trata do
299 projeto de requalificação e ampliação do complexo, são destacáveis o arquiteto Nivaldo
300 Andrade faz uma análise extremamente criteriosa das intervenções propostas. Destacam-se
301 no seu parecer conclusivo os seguintes tópicos: “- [...] Assim, o projeto que ora se apresenta
302 não só preserva os traços principais da volumetria do TCA, que é sua mais valiosa
303 característica, como recupera a transparência do volume do foyer e sua continuidade visual
304 com o espaço externo, valores fundamentais do projeto original de Bina Fonyat que haviam
305 se perdido na intervenção realizada entre 1989 e 1993 [...]. (IPHAN, 2003, fl. 154); - O
306 projeto prevê ainda a retirada das imensas e impactantes estruturas de aço e lona
307 tensionadas instaladas sobre o palco e arquibancada da Concha Acústica nos anos de 1990
308 e a criação de uma passarela técnica sobre o palco e sobre pequena parte da arquibancada,
309 que resolverá de forma mais adequada à instalação de elementos cênicos e de iluminação e
310 sonorização e possui um impacto muito menor na leitura do espaço. (IPHAN, 2003, fl.
311 154)”. Finalizando seu parecer, o arquiteto afirma que o projeto do “Novo TCA”, resgata o
312 conceito original de Anísio Teixeira, que o previa não apenas como local para exibição de
313 espetáculos musicais, teatrais e de dança, mas como um local de formação artística nessas
314 áreas e que o mesmo não apenas preserva os seus valores arquitetônicos como o libera de
315 uma série de acréscimos espúrios. O Relatório e Parecer da 7ª Superintendência
316 Regional/BA, já referido anteriormente, traçou o percurso processual da proposta de
317 tombamento do Teatro Castro Alves, por meio do seguinte parecer: “Quanto à apreciação do
318 mérito do seu valor cultural, conforme se extrai do parecer oferecido, o Complexo Teatro
319 Castro Alves é o mais frequentado equipamento cultural do Estado da Bahia e um dos
320 teatros mais importantes do Brasil: “Seja pelo seu valor histórico, como marco da
321 arquitetura moderna brasileira e como palco privilegiado de acontecimentos culturais que
322 marcaram a história recente do Brasil, seja pelos seus valores estéticos, em especial a
323 singularidade da sua arquitetura que se tornou referência nacional e internacional, o
324 Teatro Castro Alves deve integrado ao patrimônio nacional através do seu tombamento.
325 (IPHAN, 2003, fl. 135)”. Através de despacho, o Gabinete da Presidência do IPHAN
326 encaminhou o processo ao DEPAM para a devida apreciação. Em 13 de agosto de 2013, o
327 Diretor do DEPAM emitiu parecer favorável ao tombamento do TCA, sugerindo que o
328 referido bem fosse inscrito nos livros do Tombo Histórico e das Belas Artes. Em seguida,
329 encaminhou o processo à Procuradoria Jurídica para análise. Nesta mesma data, o Diretor do
330 DEPAM enviou seu parecer à Superintendência do IPHAN, na Bahia, no qual destaca o
331 caráter imprescindível da delimitação do entorno do bem a ser tombado. Em 19 de agosto de

332 2013, o Procurador-chefe distribui o processo para o Procurador Antônio Fernando Alves
333 Leal Neri. Neste tempo, o Diretor do DEPAM, encaminhou o Memorando nº. 0172/2013 –
334 GAB/DEPAM, fazendo o seguinte esclarecimento ao Procurador Antônio Neri: “*O bem a*
335 *ser tombado corresponde à edificação principal do Teatro Castro Alves, abrangendo o*
336 *subsolo, térreo/platéia e palco, pavimentos superiores auxiliares, acrescido do foyer com*
337 *terraço, bilheteria, área de acesso e Concha Acústica. Estrutura e vedações principais em*
338 *concreto, complementada com alvenaria de tijolos. A área total de tombamento é definida*
339 *pelo terreno do teatro e anexos. (IPHAN, 2003, fl. 175)”. O Diretor do DEPAM*
340 *complementou o esclarecimento, informado que o Departamento do Patrimônio Material e*
341 *Fiscalização, em conjunto com a Superintendência do IPHAN, na Bahia, estavam*
342 *trabalhando a definição e delimitação da área de entorno do Teatro Castro Alves. A*
343 *poligonal do entorno, definida pelos estudos realizados pelo DEPAM e a 7ª SR/Bahia,*
344 *resultou numa significativa área de proteção ao bem cultural com o seguinte perímetro: “O*
345 *ponto de início, **ponto E1**, da Poligonal de Entorno do Teatro Castro Alves está localizado*
346 *na sua extremidade sul, no encontro da Rua João das Botas com a Avenida Leovigildo*
347 *Filgueiras. Do **ponto E1**, a poligonal segue em sentido sudeste, acompanhando o eixo da*
348 *Avenida Leovigildo Filgueiras até o encontro com a Rua Comendador José Alves Ferreira,*
349 *onde se localiza o **ponto E2**. Deste ponto, a poligonal acompanha o eixo da Rua*
350 *Comendador José Alves Ferreira até o prolongamento com a Rua Félix Mendes, no **ponto***
351 ***E3**. Em seguida a poligonal deflete em sentido norte, acompanhando o eixo da Rua Félix*
352 *Mendes até a sua interseção com a Avenida Prof. Paulo de Almeida, onde se localiza o*
353 ***ponto E4**. Daí segue pelo eixo desta avenida, no sentido noroeste, passando pelo **ponto E5**,*
354 *e continuando pelo eixo da Ladeira da Fonte, em sentido leste, até o seu encontro com a*
355 *Rua do Forte de São Pedro, onde está localizado o **ponto E6**. Deste ponto, a poligonal*
356 *deflete em sentido sul, seguindo o eixo da rua até o **ponto E7**, localizado no Largo do*
357 *Campo Grande, de onde deflete em sentido leste, contornado a Praça até o **ponto E8**, na*
358 *interseção com a Avenida Sete de Setembro. Deste ponto, segue em sentido sudoeste,*
359 *acompanhando o eixo da avenida até o **ponto E9**, no começo do trecho da Avenida Sete de*
360 *Setembro conhecido como “Corredor da Vitória”, e deflete em sentido sudeste,*
361 *contornando o Largo do Campo Grande, até a interseção com a Rua João das Botas, onde*
362 *se localiza o **ponto E10**, e deflete em sentido norte até chegar ao **ponto E1**, fechando a*
363 *poligonal de entorno. (IPHAN, 2003, fl. s/n)”. Em 27 de agosto de 2013, o Procurador*
364 *Federal, Antonio Fernando Alves Leal Neri, emitiu parecer de nº 313/2013-*
365 *PF/IPHAN/SEDE, favorável à proposta, mas sinalizando alguns pontos que, a seu ver,*

366 mereciam atenção. Finaliza o documento, encaminhando-o à consideração do Senhor
367 Coordenador de Assuntos de Patrimônio Cultural, que, por sua vez, deveria “*submetê-lo a*
368 *apreciação do Senhor Procurador-Chefe, para que haja, s.m.j., posterior encaminhamento*
369 *a Senhora Presidenta do IPHAN para adoção das providências cabíveis*” (IPHAN, 2003, fl.
370 189). Em 25 de outubro de 2003, o Procurador-Chefe encaminhou o processo à Presidência
371 do IPHAN, para que, após análise, fossem tomadas as medidas necessárias para a
372 continuidade de seu trâmite e consolidação. Como partes destas medidas, foram emitidas
373 notificações a respeito do tombamento do TCA, dirigindo-as aos diversos agentes públicos,
374 diretamente relacionados ao bem a ser protegido. **IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E**
375 **DOCUMENTAL.** O Teatro Castro Alves constitui um complexo de equipamento cultural,
376 que reúne uma série de espaços destinados às mais variadas atividades artísticas. Para
377 espetáculos, três sobressaem: a sua Sala Principal, com capacidade para 1.554 espectadores,
378 a Concha Acústica, com capacidade para até 5.600 pessoas, e a Sala do Coro, com 197
379 lugares. Para outras atividades, o teatro dispõe de dependências que abrigam um Centro
380 Técnico, salas de ensaios e as áreas que acolhem os dois corpos artísticos estáveis do Estado
381 da Bahia: a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e o Balé do Teatro Castro Alves (BTCA).
382 Pela sua capacidade de abrigar o “diverso”, merece aqui destaque o Foyer do TCA, que, ao
383 longo da trajetória do complexo, tem servido como sala de espetáculos, local de exposições,
384 salão de recepção e, principalmente, como espaço para experimentações artísticas. Nas
385 dependências do TCA, também é desenvolvida uma série de ações educativas, voltadas para
386 a formação artística de jovens. A construção de um grande teatro para a cidade do Salvador,
387 localizado na Praça Dois de Julho (Campo Grande), começou a ser pensada na primeira
388 metade da década de 1940. Coube esta iniciativa o prefeito Elísio Lisboa que solicitou ao
389 arquiteto carioca Hélio Duarte, então radicado em Salvador, que projetasse um Teatro
390 Municipal para um terreno situado no lado oriental da referida Praça. O objetivo era suprir a
391 carência de espaços de espetáculos na capital baiana, esta que, em junho de 1923, havia
392 perdido o seu principal teatro, o Teatro São João – um dos mais importantes teatros
393 brasileiros, inaugurado em 1812, localizado na Praça Castro Alves. O referido edifício foi
394 demolido, após ter sido destruído por um incêndio. O projeto de Duarte não foi viabilizado e
395 a ideia de erguer um grande teatro naquela praça só seria retomada, em 1947, com a
396 ascensão de Otávio Mangabeira ao cargo de governador do Estado. O programa de
397 necessidade do novo teatro foi concebido a pedido do governador, pelo seu Secretário de
398 Educação e Saúde, o educador Anísio Teixeira. Mais do que um teatro, Anísio concebeu um
399 equipamento cultural, que conciliava música, dança e artes cênicas e também tentava a

400 integração entre cultura e educação, de acordo com seu Projeto “Educação pela Arte”
401 (IPHAN, 2003, fl. 136). O nome pensado por Anísio para o equipamento – Centro
402 Educativo de Arte Teatral (CEAT) – já indicava que, longe de reduzir-se a um conjunto de
403 salas para apresentações de espetáculos, se tratava de um centro de formação artística – ou,
404 nas palavras do governador, um “conjunto educacional, digno de uma cidade que se preza
405 de ter sido o berço da nação” (MANGABEIRA, 1951, p. 26)”. Em homenagem ao poeta
406 Castro Alves, a principal sala de espetáculo do complexo receberia seu nome. Digna
407 homenagem ao poeta que, tantas vezes, recitara e fora ovacionado no antigo Teatro São
408 João. O primeiro arquiteto convidado pelo Governador Mangabeira para elaborar o projeto
409 foi Diógenes Rebouças. Em razão dos muitos encargos, Diógenes Rebouças, sugeriu que o
410 projeto fosse feito por Lúcio Costa, que também recusou o convite, sendo a tarefa, então,
411 atribuída, sempre por indicação do arquiteto baiano, aos arquitetos cariocas Alcides de
412 Rocha Miranda e José de Souza Reis. Segundo o arquiteto Nivaldo Andrade: “O projeto
413 desenvolvido por Miranda e Reis previa um edifício único, abrigando a sala principal do
414 complexo, com 2.400 assentos, implantada no mesmo local onde hoje se encontra o TCA;
415 um anfiteatro ao ar livre, com capacidade para 6.000 pessoas, no mesmo vale em que seria
416 posteriormente construída a Concha Acústica; um pavilhão de acesso e exposição,
417 equivalente, grosso modo, ao atual foyer; e um edifício com cinco pavimentos de altura
418 para abrigar a Escola de Arte Dramática. (IPHAN, 2003, fl. 137)”. As obras para a
419 construção do teatro chegaram a ser licitadas em 1948, mas ao final do Governo
420 Mangabeira, em janeiro de 1951, estas se limitaram a execução de algumas fundações. As
421 obras do TCA só foram retomadas em 1957, no Governo de Antônio Balbino (1955-1959),
422 adotando outro projeto de autoria do arquiteto José Bina Fonyat Filho e do engenheiro
423 Lemos Lopes, sendo a empresa responsável pelas obras a Construtora Norberto Odebrecht
424 S.A. Apesar de algumas especulações, as razões que levaram a mudança de projeto para o
425 TCA permanecem desconhecidas. Cabe mencionar que o arquiteto que concebeu novo
426 projeto para o TCA, José Bina Fonyat, nasceu em Salvador em 1918, estudou na Faculdade
427 de Arquitetura do Rio de Janeiro, formando-se em 1949. Em 1951, a convite de Diógenes
428 Rebouças, assume as cadeiras de Teoria e Filosofia da Arquitetura e de Pequenas
429 Composições, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Em 1958, Bina
430 Fonyat deixou Salvador após romper com o ex-sócio Diógenes Rebouças, então o arquiteto
431 mais influente da Bahia. O referido arquiteto possui uma obra autoral bastante significativa,
432 implantada em diversas cidades do Brasil, como Belém, Brasília, Petrópolis, Recife e Rio de
433 Janeiro, e divulgada por meio das mais importantes revistas nacionais e estrangeiras. O

434 projeto concebido por Bina Fonyat para o TCA é significativamente distinto do elaborado
435 por Rocha Miranda e Souza Reis. Em primeiro lugar, houve um enxugamento do programa,
436 que passou a ser composto basicamente pela sala principal, concha acústica e foyer. Foram,
437 assim, eliminadas a Escola de Arte Dramática, a boate e o Teatro de Comédia, previstos no
438 projeto de 1948. Comentando a elaboração do novo projeto, Clarival do Prado Valladares
439 diz que perguntas simples logo surgiram durante a sua concepção: “[...] *com iniludível*
440 *gravidade: para quem se construirá este teatro? Para qualquer parte do mundo ou para um*
441 *povo cujo veio mais forte é a sua tradição de cultura e a sua viva participação no que a*
442 *história da Pátria tem de mais relevante? [...] Para doar ao povo luxuosa sala de*
443 *espetáculo e agraciar a elite com distintos camarotes ou para credenciar nossa terra com o*
444 *mais completo sistema de artes cênicas dotado de todas as instalações que fundamentam a*
445 *formação didática e o progresso da vida teatral? Para mimosear a elite de prestígio*
446 *eventual e momentâneo ao luxo indevido ou conduzir o público à solução técnica mais*
447 *adequada no âmbito da sadia democracia? (ODEBRECHT, 1958, p. 55)”. No novo projeto,*

448 o arquiteto Bina Fonyat reduziu a capacidade da sala principal, visando à melhoria das
449 soluções técnicas, eliminou os camarotes e balcão, colocando todos os espectadores no
450 mesmo espaço. Os assentos foram distribuídos em uma plateia única. As autoridades, como
451 o governador, teriam que compartilhar os mesmos acessos e os mesmos assentos com os
452 demais espectadores, em uma solução arquitetônica inovadora que reflete a visão de uma
453 sociedade igualitária e democrática. Em seu parecer sobre o tombamento do TCA, o
454 arquiteto Nivaldo Andrade (IPHAN, 2003, fl. 139) faz a seguinte colocação: “*O projeto de*
455 *Bina Fonyat radicaliza a integração entre a caixa do palco e a platéia em um mesmo*
456 *volume, ao apresentar uma “massa arquitetônica” imensa e uma [que] foi trabalhada de*
457 *maneira larga como uma verdadeira escultura”. Esta solução resolveu o sério problema de*
458 *interligação de volumes desproporcionais e formas tão diversas em um bloco prismático*
459 *único, marcante pelas fachadas laterais em forma de triângulos isósceles. (TEATRO, 1957-*
460 *1978, p. 5)”. O projeto do TCA contou com o apoio de inúmeros profissionais para o*

461 aprimoramento das questões técnicas, entre eles, Aldo Calvo – técnica teatral; Martins
462 Gonçalves - direção cênica; Fritz Carl Herman – acústica; José Branude - instalação elétrica
463 e indicação de equipamento de palco; Ernesto H. Simon – instalação hidráulica; Júlio
464 Kassoy e Mário Franco – estrutura de concreto. Essa realidade de trabalho, fundada na
465 integração e colaboração técnica, que marcou a trajetória do TCA, é, inclusive, destacada
466 por Clarival do Prado Valladares, como um dos aspectos que definem e qualificam a ideia
467 de teatro. Nas palavras do autor: “*Teatro de verdade nada tem que a ver com as simples*

468 *salas de representação. Ele representa, desde a sua concepção, projeto, desenvolvimento e*
469 *realização, o trabalho mais avançado que se exige do estado atual dos vários técnicos e*
470 *conhecimentos científicos congregados para sua execução. Ele viverá exclusivamente a*
471 *serviço das artes. Todavia, para ser feito, exige a soma mais definitiva de conhecimentos*
472 *técnicos especializados, aplicados em conjunto sob o espírito de trabalho de equipe.*
473 *(ODEBRECHT, 1958, p. 54)”. Ressalte-se que o novo projeto do TCA recebeu menção*
474 *honrosa na I Bienal de Artes Plásticas do Teatro, realizada como parte da IV Bienal do*
475 *Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1957. Cerca de dezessete projetos de teatro de*
476 *várias partes do mundo foram submetidos a um Júri internacional, cabendo ao TCA o grande*
477 *destaque na premiação. O projeto passou a ser publicado, a partir de 1958, nas principais*
478 *revistas de arquitetura do país. Faltando apenas cinco dias para a sua inauguração, em 08 de*
479 *julho de 1958, o TCA foi destruído por um incêndio, que trouxe de volta as lembranças do*
480 *incidente ocorrido com o saudoso Teatro São João. Destruído pelas chamas, o edifício*
481 *denunciou sua simplicidade espacial: numa extremidade, uma grande caixa fechada para o*
482 *palco e apoio; e, na outra, uma lâmina baixa para o foyer. Dois blocos distintos cobertos por*
483 *um plano inclinado que os integravam, constituiu uma das principais áreas afetadas pelo*
484 *incêndio. A reconstrução do edifício foi realizada de forma lenta e continua ao longo dos*
485 *anos seguintes pela Construtora Norberto Odebrecht. A inauguração se deu apenas em*
486 *março de 1967. Entretanto, mesmo durante os longos anos em que ficou reduzido a ruínas, o*
487 *Teatro Castro Alves permaneceu desempenhando importante papel cultural. A partir de 06*
488 *de janeiro de 1960, o foyer do TCA, que não havia sido destruído pelo fogo, passou a*
489 *abrigar a sede provisória do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM), criado em 1959 e*
490 *dirigido pela arquiteta Lina Bo Bardi. No período entre 1960 e 1963, quando seria*
491 *transferido para sua sede definitiva no Conjunto do Solar do Unhão, o MAM promoveu, no*
492 *foyer do TCA, dezenas de exposições dedicadas a artistas brasileiros e estrangeiros de*
493 *renome internacional. A criatividade de Lina e o apoio da sociedade baiana foram decisivos*
494 *para que o TCA fosse, pouco a pouco, ocupado, constituindo-se num verdadeiro centro de*
495 *produção e reflexão cultural. Entre março de 1967, quando ocorreu sua inauguração efetiva,*
496 *e julho de 1989, quando foi fechado para uma longa reforma, que se concluiria apenas*
497 *quatro anos depois, o TCA se consolidou como um dos mais importantes espaços culturais*
498 *do país. Seus espaços abrigaram espetáculos que entraram para a história cultural brasileira,*
499 *formando gerações de jovens espectadores. Efetivamente, as já referidas obras de reforma*
500 *do TCA tiveram início em 1992. O projeto foi de autoria do arquiteto Joaquim Gonçalves,*
501 *que procurou ocupar os “espaços já existentes, completando o projeto original de Bina*

502 Fonyat. Dentre as intervenções realizadas, muitas constituíram melhorias técnicas, outras de
503 conforto e acessibilidade, algumas interferiram na concepção plástica do edifício. A
504 reinauguração do TCA se deu em 27 de março de 1993. Com a finalização das reformas, que
505 trouxe consigo o reforço de seus valores simbólicos, o Teatro Castro Alves assumiu
506 definitivamente seu lugar no circuito cultural brasileiro, passando a cumprir, de modo
507 regular, sua missão de fomento à cultura, com resultados que ultrapassam os limites da
508 Bahia. **VALOR ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO.** Um dos destaques do projeto do
509 TCA é a sua implantação. Tirando partido das características naturais do terreno em que se
510 insere, utiliza-se da área plana, à frente da praça, para locar o volume do foyer com laje e
511 pilotis em total transparência. Na medida em que o terreno avança para o vale, formando
512 uma grande cratera, o volume da platéia eleva-se suavemente, de modo a dar espaço à
513 grande caixa de palco que se utiliza do grande desnível entre o início do terreno, defronte a
514 praça e o vale, amenizando o impacto da grande massa arquitetônica, principalmente para
515 quem o observa da referida praça. A grande cratera formada no vale é absolvida
516 magistralmente pela Concha Acústica, onde a arquibancada do anfiteatro ao ar livre
517 acompanha o desenho das curvas de nível. Compõem ainda esta perfeita implantação, os
518 afastamentos frontais e laterais do complexo arquitetônico, proporcionando uma grande
519 visibilidade das edificações. Atualmente, o jardim frontal se encontra fechado por gradis em
520 todo o limite do terreno, como medida de segurança. No contexto baiano, o conjunto
521 arquitetônico do Teatro Castro Alves reflete a arquitetura moderna da década de 1950 em
522 Salvador. Segundo o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo: *“Um novo surto da arquitetura*
523 *moderna só viria ocorrer na transição das décadas de 40 e 50 na administração de Otávio*
524 *Mangabeira, em consequência da redemocratização. Anísio Teixeira secretário de*
525 *Educação e Saúde promove as artes, lança as bases de um novo sistema de educação*
526 *integrada, a escola-parque, projeto para um novo teatro (...) inicia-se assim a segunda fase*
527 *da arquitetura moderna na Bahia. (“IPHAN, 2003, fl. 23)”*. A historiografia especializada
528 destaca a importância do Teatro Castro Alves no panorama da arquitetura moderna
529 brasileira. O estudo pioneiro de Yves Bruan, *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, faz
530 referência ao TCA. No texto *José Bina Fonyat e a plástica das coberturas*, o autor destaca a
531 repercussão do projeto, por causa da amplitude da realização e, sobretudo, de sua
532 localização. Também faz algumas inferências sobre as possíveis referências usadas para a
533 elaboração de seu projeto, chegando a defender que este *“deriva diretamente do auditório*
534 *imaginado por Oscar Niemayer para o Parque do Ibirapuera em São Paulo (BRUAN, 1981,*
535 *p. 218)”*. Bruan, contudo, se apressa em diferenciar o projeto do TCA de Bina Fonyat da



536 primeira versão do projeto do auditório do Ibirapuera de Niemeyer, datado de 1952. Em suas
537 palavras: “[...] o teatro de Bina Fonyat está solidamente implantado no terreno, cuja
538 inclinação posterior ele acompanha, e somente a parte que contém a sala parece estar
539 suspensa, formando um contraste proposital: mas a impressão de que esta parte esteja
540 pairando no ar, e cuidadosamente amortecida pelos maciços pilares tetraédricos nos quais
541 se apoia, e pelo anexo que suprime o essencial do vazio criado abaixo dela. A estética ideal,
542 baseada exclusivamente no jogo de um volume simples, disposto de maneira inesperada, à
543 audácia estrutural e a leveza de Niemeyer, foram substituídas, por Bina Fonyat, por uma
544 concepção mais ligada ao racionalismo e às circunstâncias locais, um alicerce mais
545 clássico e uma estabilidade profunda apesar do dinamismo marcante do ângulo
546 extremamente agudo lançado por ele ao espaço. (BRUAN, 1981, p. 219)”. A conclusão de
547 Bruan sobre o TCA é de uma clareza magistral: “sem dúvida alguma, o Teatro Castro Alves
548 é uma obra de força, bem estudada funcionalmente e plasticamente”, e que “extraí sua
549 originalidade da nitidez e clareza de suas linhas” (BRUAN, 1981, p. 219). A obra de Bina
550 Fonyat também mereceu destaque no livro *Arquitetura Moderna Brasileira*, de Sylvia Ficher
551 e Marlene Milan Acabaya, as quais colocam em relevo o “marcante caráter estrutural” do
552 TCA e, repetindo Bruan, afirmam que “o partido deste projeto tem origem no auditório de
553 Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera que não foi construído” (FICHER &
554 ACAYABA, 1982). O TCA é citado ainda em trabalhos dedicados ao tema do espaço cênico
555 brasileiro, como o livro *Teatros – uma memória do espaço cênico no Brasil*, do Arquiteto
556 José Carlos Serrone (2002) (IPHAN, 2003, fl.145). Deslocando agora a atenção para o
557 processo de tombamento de teatros pelo IPHAN, deve-se dizer que este se restringiu no
558 período de 1949 a 1985, aos edifícios construídos entre o século XIX e o XX, totalizando
559 oito edificações, sendo o tombamento pioneiro o do Teatro Santa Isabel, em Recife, em
560 1949. Nas duas últimas décadas, teatros de construção mais recentes passaram a ser
561 reconhecidos como Patrimônio Nacional, sendo o primeiro deles o edifício eclético do Cine-
562 ora, Teatro Central em Juiz de Fora, Minas Gerais. Em 2007, em homenagem ao centenário
563 de Oscar Niemeyer, o IPHAN incluiu o Teatro Nacional Claudio Santoro na lista do
564 patrimônio nacional brasileiro. O último tombamento de teatro ocorreu em 2010, quando o
565 Teatro Oficina foi alçado à condição de Patrimônio Nacional. **CONCLUSÃO.**
566 Considerando que o patrimônio pode constituir-se como narrativas que permitem mapear
567 conteúdos simbólicos, visando ampliar o entendimento dos lugares, das regiões e do país,
568 promovendo sentimentos de pertencimento dos cidadãos e abrindo possibilidades para novas
569 interpretações, vislumbra-se aqui o reconhecimento do Teatro Castro Alves como

570 Patrimônio Nacional como iniciativa capaz de contribuir na consolidação da política de
571 preservação da arquitetura moderna brasileira. Trata-se de um reconhecimento que dará
572 maior projeção, junto à sociedade brasileira, aos seus diversos méritos, bem como oferecerá
573 os contornos exatos de seu lugar na vivência diária e no imaginário daqueles que com ele
574 interagem direta e indiretamente, seja usufruindo de suas atividades ou tendo-o
575 essencialmente como uma grande referência arquitetônica da cidade do Salvador. Os méritos
576 do TCA, tanto do ponto de vista tangível (arquitetônico) quanto intangível (simbólico) são
577 aspectos impossíveis de serem recusados em qualquer análise ou proposta ligada ao
578 complexo. Estes méritos, no entanto, não encerram a importância do TCA, este que também
579 inspira reconhecimento e valorização por sua perfeita integração ao espaço em que está
580 inserido. Trata-se de uma integração ressaltada já na primeira publicação sobre a obra, o
581 Catálogo de Inauguração, datado de 04 de março de 1967, que, inclusive, faz uso de um
582 trecho da poesia *Ode ao Dois de Julho*, escrita pelo poeta que inspirou a denominação do
583 edifício, no caso, Castro Alves. E é com este trecho, que permite a leitura do TCA como um
584 imenso lençol estendido – como o Manto de Oxalá - sobre a área do Campo Grande, que vai
585 de encontro com a Praça Dois de Julho, que finalizamos este documento. *Era no dois de*
586 *julho. A pugna imensa Travara-se nos cerros da Bahia... O anjo da morte pálido cosia Uma*
587 *vasta mortalha em Pirajá. Neste lençol tão largo, tão extenso, Como um pedaço roto do*
588 *infinito... O mundo perguntava erguendo um grito: Qual dos gigantes morto rolará?!*
589 Salvador da Baía de Todos os Santos, 27 de novembro de 2013. Eugênio Ávila Lins.
590 Conselheiro”. A Presidenta agradeceu ao relator e abriu a discussão sobre o relatório. A
591 Conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira pediu esclarecimento com relação ao perímetro de
592 tombamento do entorno manifestando preocupação quanto à exclusão de imóveis
593 localizados no limite sudoeste do perímetro de entorno apresentado (Rua Comendador José
594 Alves Ferreira) e o impacto de uma possível futura verticalização, tendo o Diretor Andrey
595 Schlee respondido que ele acompanha as vias de acesso, ou seja, exatamente na travessa, nas
596 laterais e nas quatro ruas que delimitam a praça é que está delimitando o polígono de
597 tombamento, simplificando a fiscalização. Acrescentou que mesmo que haja verticalização
598 está se trabalhando com um entorno muito verticalizado, tanto que a esquerda e a direita do
599 teatro já existem edifícios, então esse seria cada vez mais o entorno dos edifícios que
600 tombados, já bastante impactados pela presença de arquiteturas mais contemporâneas,
601 sobretudo em altura. O Conselheiro Carlos Eduardo Comas perguntou se a proteção da grade
602 de segurança estava incluída no tombamento, ao que o relator esclareceu que no projeto de
603 requalificação do teatro uma série de elementos que foram colocados na reforma de 98, 90,



604 serão retirados e se tenta devolver o aspecto original do teatro. A seguir a Presidenta colocou
605 em votação proposta de Tombamento do Teatro Castro Alves, solicitando que os
606 Conselheiros favoráveis levantassem o braço, sendo que por unanimidade foi aprovada a
607 **inscrição do Teatro Castro Alves, em Salvador, Bahia, no Livro do Tombo Histórico e**
608 **no Livro do Tombo das Belas Artes.** Dando prosseguimento à pauta, passou-se à discussão
609 e deliberação do 2º ponto da Ordem do Dia, proposta de Tombamento nº 1498 – T.02
610 referente ao Terreiro de Candomblé *ILÊ AXÉ OXUMARÉ*, situado no município de
611 Salvador, Bahia, relatado pelo Conselheiro Professor Roque de Barros Laraia. Antes da
612 leitura do relatório, o Diretor do Depam, Andrey Schlee, apresentou alguns pontos sobre o
613 andamento do processo. “Foi muito difícil preparar esse material, por dois motivos:
614 primeiro, porque com todo direito houve uma cobrança efetiva em relação ao tempo em que
615 o IPHAN dedicou estudo e a instrução desse processo de tombamento. Desde 2002 senão
616 me engano. E foi importante porque quando recebi o material da superintendência havia toda
617 uma instrução, muita qualidade. Faz parte do processo um parecer antropológico muito
618 importante e que me obrigou como arquiteto a mergulhar em outro mundo que é um mundo
619 obviamente, que eu não conheço, exigindo que eu tivesse aula particular de uma pessoa que
620 podia pelo menos me orientar nesse mergulho. De qualquer forma o que eu vou mostrar aqui
621 tem o caráter de ilustrar, e para que todos conheçam um pouco melhor esse bem que a gente
622 começa a analisar agora, mais um bem de Salvador, portanto, aqui tem três marcos: o Centro
623 Histórico, o Pelourinho, Fonte Nova, Casa de Oxumaré. Aqui fica localizado, sobretudo a
624 partir da Avenida Vasco da Gama, e com outros dois acessos pela Travessa Pedro Gama de
625 Baixo, e a Rua Alta da Bomba. Essa é a área, ou seja, o que nós, o perímetro de tombamento
626 coincide e corresponde, portanto ao terreno, ao sítio onde já está implantado o terreiro. E
627 para elaboração da instrução do processo foram levantadas uma série de informações a
628 respeito das práticas e da maneira de ocupação de todo o lote e aí eu mostro alguns
629 exemplos, ou seja, todo o conjunto de edificações pequenas, maiores, edificações que
630 compõem o complexo. Também um levantamento das espécies vegetais lá implantadas e
631 que tem uma relação direta com as práticas desenvolvidas, particularmente um levantamento
632 do chamado barracão e que, portanto, congrega talvez o principal espaço de culto e de
633 relação com a sociedade, como vocês poderão perceber. E aqui eu listo um conjunto de
634 valores que ao longo do processo de tombamento são citados, é um bem referencial do
635 universo cultural religioso de matriz afro-brasileira, é um bem cultural identificado com
636 herança africana e afro-brasileira, espaço de resistência pela liberdade de religião, espaço de
637 resistência dos povos de terreiro, casa matriz da religião afro-brasileira de cultos orixás

638 voduns, candomblé, casa matriz de cerca de um milhar de terreiros de candomblé. Lugar de
639 práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas culturais, sociais e religiosas.
640 Esse quadro, e vejam que eu estou retirando essas informações do processo, mostra
641 claramente uma sucessão de lideranças que pelo menos desde 1850, um pouco antes, se
642 sucedem no mesmo espaço. Isso está também comprovado e demonstrado através das
643 relações genealógicas importantes e vivas ainda hoje em Oxumaré. E aqui é um pequeno
644 passeio desde a Avenida Vasco da Gama com esse acesso, a partir do acesso, aqui eu só vou
645 voltar então ao acesso, e aqui esse início dessa escadaria que leva ao alto, e que também é
646 importante porque não só do ponto de vista de acesso, mas das relações e da maneira como
647 se dão as relações com os bens naturais. Aqui algumas imagens, eu vou mostrar várias
648 imagens de arquivo cedido pelo terreiro. E aí vocês estão vendo pelo três dessas fotos mais
649 clássicas, aqui houve um problema de configuração, é horrível, mas infelizmente é o
650 levantamento das espécies vegetais e que são tratadas e referenciadas, todas elas. Uma
651 fotografia antiga do atual barracão que sofreu pouca modificação externa, uma construção
652 de adobe, uma foto contemporânea da parte mais alta do complexo e das suas diferentes de
653 ocupação, espaços de ocupação, espaços de rituais, todos eles trabalhados, todos eles
654 significados. Presença de animais no complexo. Todas as plantas, não sei por quê estão
655 perdendo a configuração. O interior do barracão com o salão principal. No centro desse
656 espaço então tem, eu estou chamando de monumento, mas é que é bastante interessante
657 porque é uma espécie de mastro de jacarandá, faz a ligação entre o chamado físico e o
658 mundo espiritual. Sobre ele coroa de Dadá e um conjunto de espaços bastante fortes e
659 significantes. Todo o conjunto de altares que estão interligados, altares e espaços
660 particulares, fechados, abertos, semipúblicos, que estão relacionados com esse espaço
661 principal, alguns desses espaços aqui. A presença das cozinhas, das comidas, de toda uma
662 série. E depois esse novo conjunto de imagens em que a gente mostra então e fiz questão de
663 deixar as fotografias como chegaram, ou seja, as fotografias ainda machucadas pelo tempo,
664 mas que são extremamente didáticas, muitos dos quais fotografados presentes hoje aqui, o
665 que muito nos honra. E aqui então a gente vê essa vida do cotidiano que se dá também no
666 terreiro, na Casa Oxumaré, sobretudo a partir de uma Assistência Social importante, e de um
667 núcleo de resistência que se formou nesse local e que, portanto desde 1800 está presente na
668 cidade de Salvador. De maneira que a Casa Oxumaré é uma referência para todo o Brasil e
669 para toda a comunidade negra brasileira aqui presente”. Em seguida à apresentação do
670 Diretor Andrey foi passada a palavra ao relator, professor Roque Laraira, que iniciou a
671 leitura do parecer: **“PARECER. 1. Do Processo. O processo de tombamento nº 1498 –**

672 **T.02 referente ao Terreiro de Candomblé ILÊ AXÉ OXUMARÉ**, situado no município
673 de Salvador, Bahia, iniciou-se em 18 de setembro de 2002, através de solicitação da
674 Sociedade São Salvador *ILÊ AXÉ OXUMARÉ*, assinada pelo *babalorixá* Silvanilton
675 Encarnação da Mata. O pedido de tombamento, protocolado na 7ª Superintendência
676 Regional, foi acompanhado de ampla documentação relacionada na folha 7 do processo. Na
677 folha 8, consta o Relatório de Usocapião, que tem como Autora a Sociedade Cultural São
678 Salvador Ilê Axé Oxumaré e como réu o Espólio Eduardo Martins Catharino. Na
679 documentação citada destaca-se o Laudo Antropológico, assinado pelo Dr. Ordep Serra,
680 antropólogo, Professor da Universidade Federal da Bahia (fls. 31 a 62). Trata-se de um
681 laudo competente que destaca a importância religiosa e cultural do referido Terreiro. Segue-
682 se a esse o Laudo Etnoecológico, assinado pela bióloga Jussara Cristina Rego Dias, que
683 afirma estar o sítio “estruturado segundo um modelo especial que corresponde a uma
684 imagem do mundo religioso tradicional afro-brasileiro com monumentos edificadas como
685 assentamentos, e naturais, como árvores sagradas, pedras consagradas e plantas diversas
686 que compõem uma mancha de vegetação mantida com propósito religioso. Animais de
687 sacrifícios e outros considerados de importância simbólica para o culto são mantidos e/ou
688 tolerados”. Em seu relatório, a pesquisadora afirma que para o povo de santo “todos os
689 vegetais são dotados de algum tipo de axé, ou seja, de força sagrada, com destaque pela sua
690 função terapêutica no sentido mais amplo do termo”. Anexa ao relatório uma lista de 71
691 vegetais, encontrados no Terreiro, informando o seu nome popular, científico, utilização e
692 relação com entidade sagrada. Na folha 64 consta o Memorando 0517, através do qual a
693 Superintendente encaminha o processo ao Diretor do DEPROT solicitando a abertura do
694 mesmo. Abertura essa que foi comunicada ao requerente através do Ofício 168, de 22 de
695 outubro de 2002, assinado por Roberto de Hollanda Cavalcanti, Diretor do DEPROT. Seis
696 dias depois o processo foi devolvido à 7ª Superintendência para as providências de instrução
697 do mesmo. Em 11 de abril de 2003, a Superintendente da 7ª S.R. respondendo a uma
698 solicitação de informação do Gabinete da Presidência do IPHAN, informa “que a partir de
699 1994, quando foi tombado o terreiro de Água Branca, foram tombados apenas mais dois
700 terreiros, o do *Ilê Axé Opó Afonjá*, em 1999, e o de *Gantois*, em dezembro de 2002”. Afirma
701 que esses dois últimos tombamentos somente foram possíveis porque contaram com a
702 participação da arquiteta Márcia Sant’Anna. Destacando que a referida arquiteta era, naquele
703 momento, a única técnica detentora da experiência e conhecimento para efetuar o
704 tombamento e como a mesma encontrava-se, naquele momento, licenciada para a realização
705 de doutoramento, a Superintendência tinha dificuldades de completar os procedimentos para

706 as seis solicitações de tombamento de terreiros existentes na 7ª S.R, entre eles o do *Alaketo* e
707 o do *Oxumaré*. Termina a sua justificativa alegando que os mesmos não correm o risco de
708 perda eminente. Em um novo despacho, datado de 28 de outubro de 2003, a arquiteta Mabel
709 Zambuzzi, afirma que o processo encontra-se incompleto e solicita a inclusão dos anexos do
710 Laudo Antropológico; o Memorial Descritivo; Levantamento Planialtimétrico e Planta de
711 Localização. Entre as folhas 96 a 104 foram incluídas parte da documentação solicitada. Em
712 20 de novembro de 2005, à folha 105, consta o despacho de Jurema Arnaut sugerindo que os
713 cinco processos de tombamento existentes na 7ª S. R. sejam incluídos no Plano de Ação de
714 2006. Na folha seguinte, a de número 106, encontra-se o despacho datado de 17 de janeiro
715 de 2007, no qual, o Superintendente Substituto da 7ª S.R solicita ao Tabelião do 1º Ofício do
716 Registro de Imóveis e Hipoteca Certidão de Inteiro Teor, para notificar o proprietário do
717 terreno. Nas folhas 107 a 166 foi anexado um novo Laudo Antropológico, assinado por uma
718 equipe liderada pela Dra. Ângela Lühning, antropóloga, Professora da Universidade Federal
719 da Bahia. Trata-se de fato de uma complementação do Laudo anterior. Em 10 de julho de
720 2009, o Superintendente do IPHAN, na Bahia, encaminha memorando ao Diretor do
721 DEPAM solicitando a remessa do processo para a 7ª S.R, alertando que o processo encontra-
722 se paralisado a mais de um ano e meio. Transcorreram-se mais dois anos e, a partir de
723 dezembro de 2011, a Presidência do IPHAN começou a receber uma série de ofícios, com
724 um mesmo teor: *Senhor Presidente, Ao tempo em que o cumprimentamos, queremos*
725 *manifestar-lhe nosso apoio e comunicar-lhe nossa expectativa no tocante ao tombamento do*
726 *Terreiro Ilê Oxumaré Araká Axé Ogado – Casa de Oxumaré, que é um dos templos*
727 *brasileiros mais importantes, matriz de inúmeros outros que o se distribuem em todo o país,*
728 *com um rico patrimônio de bens culturais, guardião de um valioso legado para a nossa*
729 *história e digno de profundo respeito. Com efeito, trata-se de um terreiro altamente*
730 *valorizado não apenas pelos fiéis de candomblé ou pelos afrodescendentes, como por*
731 *brasileiros de todas as origens e credos. Queremos dar-lhe testemunho do alto valor que*
732 *atribuímos a esta Casa e a nossa convicção de que ela representa um tesouro cultural digno*
733 *de proteção pelo Estado. Aproveitamos o ensejo para transmitir-lhe nossos protestos de*
734 *elevada consideração. São 82 petições assinadas por políticos, líderes religiosos,*
735 *professores, procuradores, líderes de associações culturais, etc. Enfim, uma amostra*
736 *significativa da sociedade baiana atestando o prestígio do Terreiro ILÊ AXÉ OXUMARÉ. Em*
737 *17 de maio de 2012, as fls. 273 e 274, o Presidente da Associação Cultural e Religiosa São*
738 *Salvador solicita que seja juntada ao processo a atualização do Laudo Antropológico,*
739 *assinado pelo Professor Ordep Serra, instruído com o parecer do jurista Willis Santiago*

740 Guerra Filho, além de anexo constando o arquivo digital do acervo da casa. Informa, ainda,
741 que esse material constitui os primeiros produtos do convênio IPHAN nº 752168/2010,
742 Processo 01450.013541/2010-42. Projeto: “*Memória e História da Casa de Oxumaré:
743 Tradição Ancestral e Saber Preservado. Mapear, sistematizar e preservar a memória, a
744 história e os saberes detidos pela secular comunidade religiosa da Casa de Oxumaré*”.
745 Trata-se de um relatório mais completo em que Serra explica o significado da denominação
746 da Casa: “*Na fórmula hieronímica mais completa (Ilê Oxumaré Araká Axé Ogodô) tem
747 destaque dois teônimos: Oxumaré – designativo de um orixá considerado patrono do
748 Terreiro – e Ogodô, nome de outra divindade, a quem se vota a cumeeira do templo
749 principal, símbolo de sua posição eminente no mesmo espaço religioso. Entende-se que a
750 dita fórmula identifica o referido santuário como “Casa de Oxumaré consagrada pelo [ou
751 com o] axé de Ogodô”, ou ainda Santuário de Oxumaré com axé de Ogodô*” Para Serra, é
752 incerta a etimologia da palavra *Araká*. Considera que se trata de uma referência a um grupo
753 étnico mais conhecido no Brasil pelo nome de *jeje*. O fato, segundo ele, é que a comunidade
754 se considera um terreiro *nagô*. Resta à explicação para os leigos sobre **Oxumaré**, Serra
755 afirma na folha 274-v: *Oxumaré, deus simultaneamente urânico e ctônico. A ele se associa o
756 arco-íris e se atribui a regência do ciclo de vida, assim como a ligação entre as dimensões
757 opostas do universo. Sua representação serpentiforme é muito conhecida. “Seu culto
758 encontra-se muito difundido entre os povos iurubafones eghe-falantes*”. Não é possível no
759 espaço deste parecer comentar todo o rico conteúdo do Laudo redigido pelo Dr. Ordep Serra,
760 um pesquisador altamente conceituado no âmbito da antropologia nacional, por isto
761 resolvemos destacar uma parte que é importante para justificar o presente tombamento, a
762 que se refere à antiguidade do Terreiro: “*O primeiro babalorixá deste Terreiro, seu
763 verdadeiro fundador, foi o venerável Talabi, de nome civil Manoel Joaquim Ricardo, um
764 africano, consagrado a Ajunsum, nascido em finais do século XVIII e falecido em 1865
765 [DOC. T.05]. Sucedeu-lhe um triunvirato em que tinha o posto supremo o venerável Salacó,
766 Antonio Maria Belchior, auxiliado por Damásio Joaquim Ricardo e Olavo Joaquim
767 Ricardo, respectivamente portadores dos hieronímicos Salami e Doyin e consagrados a
768 Oxalá e Ibeji. Damásio e Olavo eram irmãos como indica o seu sobrenome. Esse
769 pontificado se estendeu até o ano de 1904 [DOC. S.01]. Em seguida entre 1904 a 1926 – a
770 chefia do Ilê Oxumaré coube ao sempre reverenciado Antonio Manoel Bonfim, heteronímico
771 Danjemin, sacerdote consagrado a Oxumaré [DOC. a.02]. Sucedeu-lhe a venerável
772 Ialorixá Maria das Mercês, Iewa Abiyamo... mais conhecida como Mãe Cotinha de Ewá
773 [FOS3] a qual reinou entre 1927 e 1948. [ano de seu falecimento: DOC. C.03]. Mãe*

774 *Cotinha foi substituída por Simpliciana Basília da Encarnação, **Ogun Dekisi** [FOS2, FOS4,*
775 *FOM, 15 FOH2] veneranda sacerdotisa consagrada a Ogun, que dirigiu a Casa entre 1953*
776 *e 1967. Após o falecimento de Simplicia de Ogun, a liderança religiosa da Casa de*
777 *Oxumaré permaneceu em estado de vacância durante o período de sete anos. A substituta*
778 *de Mãe Simplicia que ascendeu ao seu elevado posto em 1974 e nele permaneceu até 1990,*
779 *foi a venerável Nilzete Australiano da Encarnação, **Omin Lola**, consagrada a Iemanjá. Em*
780 *1991, deu-se a investidura do atual dirigente do Ilê Oxumaré, o reverendo Silvanilton*
781 *Encarnação da Matta, hieronimico **Danjemi**, consagrado a Oxumaré [DOC. P.01; FOS*
782 *30].” (fls.293 3 294). Transcorridos, então, cerca de dez anos da abertura do presente*
783 *processo, graças a um projeto de pesquisa financiado pelo IPHAN, o mesmo foi enriquecido*
784 *por um excelente e bem elaborado material que, utilizando-se de técnicas modernas,*
785 *documenta muito bem a história do terreiro; demonstra o valor dos bens materiais e*
786 *documentos que constituem o patrimônio da Casa; além de valiosas informações sobre a*
787 *organização da mesma. Destaque-se: 1) apresentação de uma genealogia (fls.365 e 366)*
788 *relacionando todos os seus *babalorixá e Ialorixá*, a partir de 1863. 2) relação parcial das*
789 *casas descendentes do *Axé Oxumaré*, totalizando 165 casas espalhadas por todo o Brasil,*
790 *notadamente no Estado de São Paulo, além de sete delas no exterior (Itália, Espanha,*
791 *Portugal e Paraguai). 3) uma detalhada descrição da estrutura hierárquica da comunidade,*
792 *totalizando 81 posições, o que significa uma ampla distribuição de responsabilidade entre os*
793 *membros da comunidade. 4) uma amostra do excelente arquivo fotográfico pertencente a*
794 *Casa; além da do magnífico acervo de objetos materiais, sagrados ou não. Enfim a partir da*
795 *folha 401 estão incluídos expedientes relativos a poligonal do tombamento do terreiro. A*
796 *a partir de então, após o reordenamento do processo, atendendo o que determina a portaria MP*
797 *05-02, o mesmo foi enviado pelo Diretor do DEPAM, Sr. Andrey Rosenthal Schlee à*
798 *Procuradoria Jurídica, em 7 de outubro de 2013. O processo foi distribuído ao Dr. Antonio*
799 *Fernando Alves Neri, Procurador Federal, que em 5 de novembro emitiu um parecer*
800 *competente, no qual se unem a concisão com a clareza. Determinou nos itens 50 a 53 a*
801 *necessidade da expedição, por parte da presidente do IPHAN de Notificação a ser publicada*
802 *no Diário da União, consoante minuta em anexo, e também o encaminhamento de cópia do*
803 *Edital de Comunicação desse tombamento “ao Presidente da Associação Cultural Religiosa*
804 *São Salvador – Ilê Oxumaré Araká Axé Ogodô, ao Superintendente do Patrimônio da União,*
805 *ao Superintendente do IPHAN no Estado da Bahia, ao Governador do Estado da Bahia, ao*
806 *prefeito de Salvador, ao MM Juiz da 13ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo Cívico e*
807 *Comerciais de Salvador, Bahia, para lhes dar ciência ao tombamento em apreço, conforme*

808 minutas oferecidas em anexo”. O Parecer acima relatado foi submetido ao Dr. Geraldo de
809 Azevedo Maia Neto, Procurador Chefe, que o aprovou em 8 de novembro. Em 13 de
810 novembro, o Sr. Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Secretário do Conselho Consultivo do
811 IPHAN, encaminhou o processo ao Conselheiro Roque de Barros Laraia para emitir o
812 presente parecer. **2. Conclusão.** A nossa primeira preocupação, ao elaborar este parecer, foi
813 à descrição dos ritos processuais que são necessários para atender as exigências legais para
814 tornar legítimo o processo de Tombamento. Ao redigir o nosso parecer não escondemos a
815 nossa preocupação com os longos intervalos de tempo entre um procedimento burocrático e
816 o seguinte. Tais fatos, com certeza, causaram muita ansiedade entre o povo do Terreiro e
817 seus dignitários. Embora considerando que aprendeu muito na leitura do excelente dossiê
818 que lhe foi passado, que se encantou muito com a riqueza de símbolos que constituem o
819 Terreiro de Oxumaré, este relator gostaria de ter desfrutado de um tempo maior para
820 executar esta estimulante tarefa. Um tempo maior para ter podido, de fato, consultar as
821 fontes antropológicas citadas pelos redatores dos laudos: Roger Bastide, Edson Carneiro,
822 Vivaldo da Costa Lima, Melville Herskovits, Nina Rodrigues (o primeiro antropólogo do
823 Brasil), Pierre Verger, entre outros, para ter admirado e compreendido melhor toda a riqueza
824 cultural contida no espaço físico e simbólico de um Terreiro de Candomblé. Gostaria de ter
825 o tempo necessário para fazer uma visita ao Terreiro de Oxumaré e desfrutar a mesma
826 sensação de Roger Bastide, na década de 50, descrita em seu artigo “No Mundo dos
827 Candomblés”: “Permitam-me divagar pelo caminho. Permitam-me que ande devagar. Pois
828 não conheço espetáculo mais encantador que o do Candomblé preparando-se para a festa.
829 Gostava de passear, de um para o outro, seguindo a Avenida Vasco da Gama, que liga os
830 terreiros por uma linha contínua de verdura”. Considero-me extremamente privilegiado por
831 poder proferir o meu parecer, diante deste respeitável Conselho. Em 2005, na Bahia, fui o
832 relator do Ofício de Baiana de Acarajé, na mesma Sessão, realizada no Museu de Artes
833 Sacras, em que foi tombado o Terreiro de Alaketo. Testemunhei o espetáculo maravilhoso
834 da alegria de centenas de baianas, devidamente trajadas. Considerando os argumentos
835 apresentados, no presente processo, notadamente a demonstração irrefutável da posse da
836 área pela Casa de Oxumaré desde a primeira metade do século XIX, o meu parecer é
837 favorável ao tombamento da Casa de Oxumaré – Ilê Oxumaré Araká Ogodô e a sua
838 inscrição nos livros do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
839 Brasília, 27 de novembro de 2013. Roque de Barros Laraia. Conselheiro. A Presidenta
840 Jurema Machado agradeceu ao relator e colocou em votação a proposta de tombamento do
841 terreiro. Por unanimidade o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou o

842 **Tombamento da Casa de Oxumaré – Ilê Oxumaré Araká Ogodô e a sua inscrição no**
843 **Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e**
844 **Paisagístico.** Em seguida a Presidenta anunciou as presenças da Senhora Ministra da
845 Cultura, Marta Suplicy, do Sr. Sivanilton Encarnação da Mata, o Babá, a principal
846 autoridade do terreiro, da Agbá Nilza de Ogum, da Agbá Ana de Ogum, da Agbá Valquíria
847 de Oxum e de outras autoridades religiosas da Casa de Oxumaré. Destacou, também, a
848 presença da Senadora Lídice da Matta e de Alexandre Reis, Diretor da Fundação Palmares e
849 solicitou que pronunciassem algumas palavras. O senhor Alexandre Reis saudou os
850 presentes em nome do Presidente da Função Cultural Palmares, Hilton Cobra, e afirmou que
851 esse tombamento, é importante não só para a matriz Yorubá com a matriz Jeje Bantu, mas
852 para todas as matrizes de religião de matriz africana no Brasil, e de preservação dessa
853 identidade e dessa luta política e cultural que existe. A Senadora Lídice afirmou que esse
854 realmente foi um momento de consagração da Bahia e parabenizou a Presidente do IPHAN e
855 seu representante do IPHAN na Bahia por suas inúmeras iniciativas no estado, no sentido da
856 preservação do patrimônio. Antes de passar a palavra a Ministra, a Presidenta fez a seguinte
857 declaração: “nos faltou e foi mencionar aqui que essa proteção dos terreiros de candomblé
858 vem sendo feita pelo Iphan ao longo do tempo, e pretendemos trabalhar nesse âmbito de
859 forma sistemática. A Casa de Oxumaré é o quinto apenas na Bahia, iniciado por Casa
860 Branca, depois o Opô Afonjá, o Bate Folha, Gantois, Araketu, agora Casa de Oxumaré. A
861 Roça do Ventura em Cachoeira que está na fase de tombamento provisório. Hoje à noite, nós
862 vamos lançar aqui nesse espaço o Inventário dos terreiros do Distrito Federal e entorno,
863 justamente nessa área em que nós comentávamos na primeira parte dessa reunião, a área
864 hoje mais cobiçada do ponto de vista da expansão urbana de Brasília que é exatamente a
865 região onde se localizam essas manifestações aqui em Brasília”. No uso da palavra, a
866 Ministra saudou a Presidenta e ao Conselho iniciou agradecendo a cada um dos
867 Conselheiros e Conselheiras, “porque estão aqui, dão o seu tempo, dão a sua expertise,
868 bagagem de vida para que esse país possa preservar o seu patrimônio cultural, não é pouca
869 coisa”. Sobre o tombamento aprovou destacou: “Quero dizer que hoje esse tombamento
870 remete a um tombamento que ocorreu em 31 de maio de 1984, 30 anos atrás, quando esse
871 Conselho se reuniu, que era época da ditadura, diretas já, e esse Conselho se reuniu e ousou
872 e tombou o primeiro terreiro, vocês sabiam disso, foi tombado há 30 anos. Muitas vezes não
873 se percebe, mas um terreiro é mais do que religião, um terreiro foi trincheira, um terreiro foi
874 resistência da cultura africana e isso foi importantíssimo que nós tenhamos mantido. Por isso
875 eu fico muito feliz quando há um tombamento desse porte, desse tipo de tombamento que a

876 gente sabe que faz parte da nossa história. O Ilê Axé Oxumaré é o sétimo terreiro de
877 candomblé a ser protegido pelo IPHAN e ao mesmo tempo o tombamento do Teatro Castro
878 Alves que também já votaram, que foi palco tão importante de manifestações culturais e
879 linguagens artísticas e tinha tudo para ser preservado também. Tanto isso é verdade que por
880 meio da Portaria 537 de 20 de novembro de 2013 a Presidenta do IPHAN Jurema Machado
881 instituiu um grupo de trabalho interdepartamental para preservação do patrimônio cultural
882 do que hoje se discutiu de manhã que são dos terreiros. Isso vai ajudar uma agilização
883 também, porque esse grupo vai elaborar e propor diretrizes e critérios para identificação, o
884 reconhecimento e a preservação de bens culturais relacionados aos povos e comunidades
885 tradicionais de matrizes africanas, que são os povos do terreiro”. Continuando seu discurso,
886 a Ministra apresentou as diversas iniciativas do Ministério da Cultura nas diversas áreas de
887 atuação, destacando o PAC das Cidades Históricas, 44 cidades onde já foi iniciada a
888 recuperação, um projeto de R\$ 1,6 bilhão para preservar a maior parte dos monumentos
889 importantes do país. Falou, também do Vale-Cultura com grandes empresas aderindo,
890 citando a Vale e o Magazine Luiza. E por último, os CEUs da Cultura, 360 em todo o Brasil
891 e que se dedicam só a arte. Encerrou, dizendo que será construído em Brasília um museu do
892 acervo afro-brasileiro. Sobre o porquê de fazê-lo em Brasília, explicou que não era apenas
893 por causa do terreno, mas porque não existe um museu afro no Brasil que conte a história
894 não contada, que conte a história e que resgate a autoestima negra: as raízes africanas na
895 comida, na dança, no cantar. Traçou um paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos para
896 mostrar a diferença em termos de história da escravidão. “Saíram 10 milhões de escravos da
897 África, 5 milhões vieram para o Brasil para vocês terem uma ideia, menos de um milhão
898 para os Estados Unidos. Por isso que lá eles têm 12 milhões de negros, aqui nós temos 53%
899 da população. E por isso a história americana é diferente da história nossa, da história negra.
900 Claro, porque as lutas se travaram de outra forma, e esse museu que a gente quer fazer aqui é
901 um museu que vai contar essa história”. Ao terminar sua fala, a Ministra agradeceu e
902 desejou a todos bom trabalho. Em seguida a Presidenta Jurema Machado encerrou a reunião
903 e convocou os Conselheiros para a sessão do período da tarde. **Reinício da Reunião.** Às
904 14h30 do dia 27 de novembro de 2013, reiniciou-se a 74ª Reunião do Conselho Consultivo.
905 Presentes os Conselheiros: Ângela Gutierrez, Arno Wehling, Breno Bello de Almeida, Luiz
906 Phelipe de Castro Andrés, Lúcia Hussak Van Velthem, Luiz Viana Queiroz, Marcos
907 Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro, Synézio
908 Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes de sociedade civil;
909 Acir Pimenta Madeira, representante titular do Ministério do Turismo; Ângelo Oswaldo de

910 Araújo, representante titular do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram; Carla Maria Casara,
911 representante titular do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
912 Renováveis-Ibama; Eduardo Dias Comas, representante titular do Ministério da Educação;
913 Cléo Alves Pinto de Oliveira, representante titular do Ministério das Cidades; Cristiana
914 Nunes Galvão Barreto, representante titular da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB;
915 Eugênio Ávila Lins, representante titular do Conselho Internacional de Monumentos e
916 Sítios-ICOMOS; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante titular do
917 Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; Roque de Barros Laraia, representante da Associação
918 Brasileira de Antropologia-ABA. Justificaram ausência os conselheiros Ítalo Campofiorito e
919 Nestor Goulart Reis, representantes da sociedade civil. A Presidenta Jurema Machado abriu
920 a sessão com as seguintes palavras: “Nós vamos fazer uma pequena inversão da pauta. A
921 proposta de Registro da Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó, no
922 Pará, vai anteceder ao terceiro ponto de pauta previsto por uma questão de viagem de
923 alguns Conselheiros”. O Conselho aprovou a inversão de pauta. Então, a presidenta
924 continuou: “como não houve objeção à inversão de pauta, eu queria pedir à Maria Dorotéia,
925 Superintendente do Iphan no Pará, para vir aqui à mesa conosco”. Em seguida solicitou à
926 Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca que procedesse à leitura do parecer sobre a
927 proposta de **Registro da Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó, no**
928 **Pará**. A Senhora. Maria Cecília Londres Fonseca antes de fazer a leitura disse as seguintes
929 palavras: “Obrigada Presidenta. Em primeiro lugar eu começo pedindo desculpas, porque o
930 parecer acabou ficando um pouco longo e o motivo é pela complexidade mesmo desse
931 processo. É um bem acho que muito pouco conhecido de todos nós, se é que é conhecido por
932 muitas pessoas aqui, a própria região. É uma região cuja história e situação atual também
933 são pouquíssimas conhecidas pelo resto do Brasil. E além de tudo, nós os técnicos e os
934 integrantes da Câmara do Patrimônio Imaterial, nos vimos frente a um problema bastante
935 complexo, mas muito delicado, que era o problema do recorte do objeto. E que exige uma
936 grande prudência em função dos compromissos que o Iphan assume quando registra um
937 bem, por um lado, os compromissos de salvaguarda, e por outro, de toda a sistemática e a
938 jurisprudência que se cria a cada processo que é aprovado para registro. E por esses motivos,
939 a leitura do processo mostrou para mim a enorme importância de uma documentação
940 abrangente e bastante diversificada, como foi o caso desse processo, o trabalho feito pela 2ª
941 Superintendência Estadual do Pará, não só em termos de elaboração de notas e pareceres,
942 quer dizer, de todo o andamento da burocracia, como também enquanto forma de
943 salvaguarda do bem. Eu quero deixar bem claro esses dois aspectos da importância da

944 preparação do dossiê, do processo. E nesse caso além do INRC acompanhar um processo
945 publicações pertinentes ao tema, muito interessante, vários registros audiovisuais e de
946 grande importância na política, especificamente para a Política de Patrimônio Cultural
947 Imaterial, transcrição de muitas entrevistas com os Detentores. Isso significa não só uma
948 riqueza de informações, como também uma riqueza de pontos de vista, o que no caso do
949 Patrimônio Imaterial é de suma importância. Então eu começo agora a leitura: **PARECER.**
950 **FESTAS DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NA REGIÃO DO MARAJÓ.**
951 **INTRODUÇÃO.** “Foi com grande honra e prazer que recebi a designação, por parte da
952 Presidência deste Conselho, para apresentar-lhes nesta reunião o Processo no.
953 01450.010235/2008-30, que trata do pedido de Registro, no Livro das Celebrações, da
954 Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó. Sinto-me extremamente
955 motivada e, em certa medida, habilitada a emitir este parecer devido ao fato de ter visitado a
956 ilha de Marajó em 2012, experiência que me marcou profundamente, ante o impacto face à
957 pujança da floresta, à imensidão das águas, e ao contraste com a sensação de presença
958 humana bastante rarefeita. Já em terra, foi possível perceber as condições de vida adversas a
959 que se referem os relatórios, particularmente a carência de serviços básicos de que sofre a
960 população local. A recente chegada dos arroteiros vindos de Roraima constitui, segundo me
961 relataram, o flagelo mais recente, que veio se juntar à prostituição, à exploração sexual
962 infantil e ao tráfico de drogas. No pouco tempo em que permaneci na região, não tive
963 ocasião de presenciar nenhuma festividade de santo, e a imagem da cultura marajoara que
964 tinha na memória, até me inteirar deste processo de Registro, era baseada no conhecimento
965 da cerâmica marajoara – cujos motivos estão tão presentes no estilo “art déco” em sua
966 versão brasileira - e do carimbó, dança a que fui apresentada na pousada onde me hospedei,
967 em Salvaterra. Confesso que – talvez como a maioria dos brasileiros – nunca tinha ouvido
968 falar da Festividade do Glorioso São Sebastião, como também não conhecia a Festa de
969 Santana do Caicó, no RN, de cujo processo de Registro fui relatora neste Conselho. Esses
970 processos me revelaram como o universo das festas de santo no Brasil é rico e diversificado,
971 e como sua função extrapola em muito sua dimensão de culto devocional, pois constituem
972 elementos materiais e simbólicos estruturadores da sociabilidade daqueles que as vivenciam,
973 além de referências identitárias que se sobrepõem a tantos outros recortes como origem,
974 etnia, atividade, etc. A inscrição de um bem nos Livros de Registro do Iphan deve atender a
975 uma série de critérios, sendo o seu caráter de referência cultural explicitamente reconhecido
976 e aceito pelos grupos sociais a ele relacionados essenciais para esse ato, mas não o único. A
977 esse critério, somam-se aqueles, definidos pela política de salvaguarda do PCI instituída pelo



978 Iphan com a edição do decreto 3551/2000, que têm como objetivo definir limites no
979 vastíssimo universo de “bens culturais de natureza imaterial” passíveis de assim serem
980 identificados em todo o Brasil, de modo a que a política federal de patrimônio cultural possa
981 efetivamente beneficiar todos os “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” no
982 seu legítimo acesso ao direito à memória. **ORIGEM E ANDAMENTO DO PEDIDO:** Em
983 2002, a Comissão Organizadora da Festividade do Glorioso São Sebastião convidou
984 técnicos do Iphan a participarem de oficina de planejamento da festa para o ano de 2003,
985 quando lhes solicitaram informações sobre os procedimentos do processo de registro de um
986 bem como patrimônio cultural brasileiro. Face a esse interesse da comunidade local, a
987 Superintendência do Iphan no Estado do Pará propôs, no plano de trabalho para 2004, a
988 realização do Inventário das Referências Culturais do Marajó. Nesse sentido, foi iniciado,
989 em 2004, o Levantamento Preliminar do Marajó – uma das seis mesorregiões do Estado do
990 Pará – que é formada pela união de 16 municípios, e subdividida em 3 microrregiões:
991 Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião do Portel. Até o ano
992 de 2009, essa pesquisa havia identificado mais de 800 bens culturais. A relevância das
993 festividades voltadas para a devoção a São Sebastião no Marajó, indicando a possibilidade
994 de seu registro no Livro das Celebrações, foi confirmada por ocasião da realização,
995 coordenada pela 2ª. SR do Iphan, entre 2007 e 2009, do INRC da Festividade do Glorioso
996 São Sebastião, inicialmente focado no município de Cachoeira do Arari, seguido de sua
997 extensão a toda a área do maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo. Esse inventário teve
998 como produtos um DVD denominado “O Glorioso”, o relatório final, o preenchimento do
999 banco de dados, e o livro “Folias de São Sebastião: um estudo da transmissão musical”. Para
1000 dar sequência às ações visando à sua salvaguarda, foram realizados, em novembro de 2007,
1001 os “Seminários sobre a preservação da Festividade do Glorioso São Sebastião”, com o
1002 objetivo de colher, junto à comunidade, subsídios para a abertura de um possível processo de
1003 Registro. O pedido formal de Registro da Festividade do Glorioso São Sebastião de
1004 Cachoeira do Arari foi encaminhado ao Presidente do Iphan pelo Presidente do Museu do
1005 Marajó em janeiro de 2008, acompanhado de abaixo assinado com expressivo número de
1006 adesões – mais de 300 assinaturas - e de cópias de trechos de Atas de reuniões da Comissão
1007 de apoio à Festividade de São Sebastião “que evidenciam o interesse no Registro da
1008 festividade como Patrimônio Cultural”. Em 6 de maio do mesmo ano, a Irmandade do
1009 Glorioso São Sebastião da Ilha do Marajó encaminhou manifestação ao Ministro da Cultura,
1010 pedindo seu apoio ao pleito de reconhecimento, como patrimônio cultural do Brasil, das
1011 “Festas do Glorioso São Sebastião na ilha de Marajó”. A complementação, em 2009, do

1012 Inventário iniciado em 2007, abrangeu outros municípios marajoaras, visando,
1013 especificamente, a identificar e avaliar a ocorrência de festividades relacionadas ao culto a
1014 São Sebastião em outras localidades além do município de Cachoeira do Arari, de modo a
1015 visualizar o raio de “ressonância” (conforme conceituação de Stephen Greenblatt, citada
1016 pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves) dessa devoção em todos os 16 municípios do
1017 arquipélago de Marajó. Foram identificadas referências às celebrações em 12 municípios,
1018 sendo que em um deles, Ponta de Pedras, a festa não ocorre há mais de 50 anos. Esse
1019 material foi objeto da Nota Técnica no. 24/09, de autoria de Luciana Luz, técnica do DPI,
1020 em que é feito um sumário do processo de “Pedido de Registro da Festividade do Glorioso
1021 São Sebastião de Cachoeira do Arari”, e onde se conclui que “esses aspectos nos trazem
1022 questões sobre como esse pedido de Registro deva ser abordado, e, caso pertinente, em que
1023 direção deverá ser encaminhada sua instrução para que abarque toda esta complexidade
1024 tanto de significados quanto de ocorrências.” Esse processo foi objeto de análise por parte da
1025 Câmara do Patrimônio Imaterial, em reunião realizada em 27 de novembro de 2009, quando
1026 foi constatada a necessidade de “complementação de informações” visando a “avaliar a
1027 possibilidade de estender este pedido a todas as demais festas de São Sebastião da Ilha do
1028 Marajó”, com base em “manifestação das demais comunidades”. Em seguida, a então
1029 diretora do DPI, Márcia Sant’Anna, encaminhou ao proponente, o Presidente do Museu do
1030 Marajó, ofício dando ciência dessas conclusões e solicitando as providências cabíveis para
1031 uma reorientação do processo. Entre 2010 e 2011, as Prefeituras de Soure, Afuá, Melgaço,
1032 assim como a Irmandade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, em atendimento
1033 a solicitação da Superintendente do Iphan no Pará, produziram abaixo-assinados a serem
1034 encaminhados ao Presidente do Iphan, visando a embasar a anuência prévia e informada a
1035 uma nova delimitação do bem proposto para Registro em 2008, tendo colhido um total de
1036 310 assinaturas. Em 5.10.2011, a Superintendente do Iphan no Pará, Maria Dorotéa de Lima,
1037 encaminhou à Diretora do DPI/Iphan, Célia Corsino, o Dossiê de Registro das Festividades
1038 de São Sebastião na Mesorregião do Marajó, acompanhado dos abaixo-assinados
1039 mencionados acima. Esse material foi objeto de nova Nota Técnica, também de autoria de
1040 Luciana Luz, que sugere que “a definição do recorte seja no sentido do Registro das
1041 Festividades de São Sebastião na Ilha do Marajó.” Na reunião da Câmara do Patrimônio
1042 Imaterial, realizada em 30 de julho de 2012, a questão do recorte do bem a ser registrado foi
1043 exaustivamente discutida, chegando-se à conclusão de que o título seria “As Festividades do
1044 Glorioso São Sebastião na Região do Marajó”, a ser atribuído àquelas manifestações que se
1045 enquadrarem nos parâmetros definidos por essa política pública em nível federal, tais como,

1046 por exemplo, continuidade histórica de um mínimo de três gerações, ou seja, 75 anos. A
1047 partir desse momento, o processo seguiu os trâmites regulamentares, como a reunião de
1048 documentação que habilite o proponente, parecer da técnica do DPI Ellen Krohn,
1049 encaminhamento à Procuradoria Federal junto ao Iphan para publicação de Aviso no Diário
1050 Oficial e emissão de parecer, e, finalmente, designação desta Conselheira para apresentar o
1051 processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **DESCRIÇÃO DO BEM.** Desde
1052 os primórdios da colonização da Amazônia, no século XVI, a então Ilha Grande de Joannes
1053 era tida como território atraente, mas inexpugnável. E foi somente por meio da atividade
1054 missionária, sobretudo dos jesuítas, no século XVII, que os Nheengãbas e os Aruãs, do
1055 tronco tupi, foram “pacificados”, garantindo assim a posse dos portugueses sobre a região. A
1056 esses missionários atribui-se também a introdução, na ilha, da pecuária com gado vacum, e
1057 de cavalos. Essa atividade ensejou a vinda de escravos africanos para trabalharem nas
1058 fazendas, responsáveis pela introdução, na região, de expressões de suas culturas de origem,
1059 até hoje também vivas na região. O historiador inglês Alfred Russel Wallace, que visitou a
1060 região em meados do século XIX, assistiu nas fazendas a cultos religiosos de base católica
1061 conduzidos por velhos negros. A prática de cultos leigos, desvinculados, portanto, da
1062 presença da diocese, tornou-se mais intensa após a expulsão da colônia, em meados do
1063 século XVIII, dos jesuítas, e caracteriza, até os dias atuais, a vivência religiosa em várias
1064 localidades do arquipélago. O culto a São Sebastião, guerreiro e mártir, morto no século III,
1065 em meio a cruéis torturas, a mando do imperador romano Diocleciano, é bastante difundido
1066 em Portugal devido à sua associação ao rei D. Sebastião, desaparecido na batalha de
1067 Alcácer-Quibir, travada no norte da África no ano de 1578, o que lhe valeu a alcunha de D.
1068 Sebastião, o Encoberto. Santo protetor contra as adversidades, por sua resistência ao
1069 martírio, a ele os devotos recorrem pedindo sua intercessão em causas difíceis. Em Marajó, a
1070 devoção aos santos foi introduzida pelos padres missionários jesuítas, e, em suas múltiplas
1071 expressões, vem, desde então, assumindo “cores locais”, tanto no seu modo de manifestação
1072 como nos bens a elas associados. Nesse sentido, as imagens de santo ocupam um lugar
1073 central na expressão da fé por parte dos devotos. Essas imagens não estão apenas nas igrejas,
1074 mas também nos lares das famílias que, em várias localidades, até hoje organizam as
1075 festividades em sua celebração. A essas imagens costumam ser associadas histórias sobre
1076 sua origem - sendo frequente a menção ao “achamento”, como ocorre em tantos casos, entre
1077 eles o de N.S. de Nazaré pelo caboclo Plácido - e a graças e mesmo milagres por elas
1078 propiciados. Aliás, a função da imagem na liturgia católica propicia uma relação mais íntima
1079 e afetiva com o santo, ocupando na devoção um lugar especial, ao lado de outros bens

1080 “imateriais”, como as ladainhas, as folias, as procissões. Outro aspecto da devoção a São
1081 Sebastião em Marajó é o papel que o santo assume enquanto padroeiro dos vaqueiros, na
1082 região dos campos, e dos pescadores, seringueiros e agricultores, na região dos furos. As
1083 festividades, embora concentradas no período de 10 a 20 de janeiro, na realidade têm início
1084 entre uma semana e seis meses antes, quando ocorre o período preparatório chamado
1085 “esmolação”, que consiste na peregrinação de um pequeno grupo de devotos, denominados
1086 “foliões”, pelas regiões ao redor do local da festividade, coletando donativos. Nessa
1087 atividade, são recebidos nas casas, onde são alimentados, rezam ladainhas (às vezes em
1088 latim), tocam folias. Os rezadores, assim como os foliões, devem deter conhecimentos e
1089 talentos específicos para exercerem suas funções. Outra atividade preparatória consiste na
1090 derrubada dos mastros de madeira, símbolos de fartura e fertilidade da terra – ritual
1091 provavelmente de raiz indígena - que são previamente cortados, pintados com as cores do
1092 santo, enfeitados com a bandeira deste, e, em alguns casos ornados com flores e frutos,
1093 sempre com a predominância do vermelho e do verde, as cores de São Sebastião. O ciclo
1094 que envolve o ritual do mastro vai desde sua retirada da mata, ornamentação, cortejo até o
1095 local da festa, levantamento, e derrubamento no final desta. Esse ritual, que é acompanhado
1096 por bandas de música, fica sob a responsabilidade dos juízes dos mastros – pois, em vários
1097 casos, podem ser dois mastros (dos homens e das mulheres) ou três (das crianças). Apenas
1098 onde não há terra firme o ritual do mastro não é realizado. Rituais análogos podem ser
1099 encontrados em outras festas de santo no Brasil, a exemplo da Festa do Pau de Santo
1100 Antônio, na cidade de Barbalha, estado do Ceará. A Festa do Glorioso São Sebastião, que
1101 ocorre em várias cidades, mas que se realiza em toda sua plenitude na cidade de Cachoeira
1102 do Arari pode ser composta de diversos momentos: a) a procissão, que sai da última fazenda
1103 visitada por ocasião da esmolação e que se encontra na porteira da cidade com os grupos que
1104 trazem os mastros, passando a percorrer as ruas até a igreja (no caso de Cachoeira do Arari,
1105 a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição); b) o cortejo dos mastros e seu levantamento
1106 no arraial onde ocorrem as atividades profanas das festas; c) a procissão dos vaqueiros, que
1107 se encerra com Missa Campal, quando ocorre a benção dos animais; d) a procissão de
1108 encerramento e a derrubada dos mastros. Uma referência importante nas festas é a luta
1109 marajoara, praticada durante os festejos dos mastros e, durante o ano, nos trabalhos de ferra
1110 do gado. Ocorrem também corridas de resistência, prova de argolinha, festas de
1111 aparelhagem, etc. Como é costume nas celebrações em geral, há alimentos típicos, como o
1112 leite de onça, bebida à base de leite de búfala e álcool, e o frito de vaqueiro, carne de gado
1113 que, por ser cozida na própria gordura, pode ser conservada por mais tempo, sendo, por esse

1114 motivo, própria para a alimentação dos que trabalham nos campos. Levantamentos feitos
1115 durante os trabalhos de inventário permitem discriminar quais dessas (e também outras)
1116 atividades ocorrem nas festas em cada uma das localidades onde foram identificados festejos
1117 em devoção a São Sebastião no Marajó. **DESAFIOS ATUAIS À CONTINUIDADE DAS**
1118 **FESTIVIDADES E SUGESTÕES PARA SUA SALVAGUARDA.** Um argumento
1119 importante para a justificativa do Registro, além da inegável relevância do bem pelos
1120 inúmeros motivos já apontados, são os riscos à sua continuidade, face aos benefícios que
1121 podem advir dessa forma de salvaguarda. Esses riscos e dificuldades estão apontados nos
1122 vários relatórios que compõem o Dossiê. A permanente tensão e, em alguns casos, os
1123 conflitos que costumam ocorrer entre os representantes eclesiais e os responsáveis leigos
1124 pela organização das festividades têm sido recorrentes, como aconteceu nos anos 60 quando,
1125 por determinação da Prelazia de Ponte de Pedras, as peregrinações ficaram proibidas durante
1126 25 anos. Outras situações que têm contribuído para essa tensão têm sido, por exemplo: as
1127 advertências dos membros do clero quanto a eventuais abusos durante as festas, sobretudo
1128 em relação ao uso do álcool, e suas consequências como brigas, tumultos, etc.; a resistência
1129 da Igreja à criação de irmandades a serem encarregadas da organização das festas; o
1130 crescente lugar que as atrações leigas vêm ocupando durante a realização da festa
1131 propriamente dita. Ainda do ponto de vista da dimensão religiosa da festa, outro problema
1132 tem sido o crescente aumento dos evangélicos na região, que, com isso, deixam de participar
1133 desse evento vinculado ao calendário católico, e mesmo de permitir o acesso, durante o
1134 período de esmolação, às terras de sua propriedade. Por outro lado, o surgimento, desde o
1135 Concílio Vaticano II, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se, por um lado, tem
1136 contribuído para uma maior e mais efetiva presença da Igreja na região, por outro teve,
1137 como efeito colateral, a ocupação de lugares, na vivência religiosa, que até então vinham
1138 sendo de responsabilidade dos leigos, sobretudo dos rezadores. Além disso, como o
1139 aprendizado das ladainhas e folias costuma ser feito pela transmissão oral, uma das
1140 consequências dessas mudanças tem sido a perda de partes valiosas dos ricos repertórios
1141 musicais e cantados. O eterno problema da pequena adesão das novas gerações às tradições
1142 mantidas por seus antepassados também ocorre neste caso, agravado pela frequente
1143 migração de famílias para a capital ou outras localidades em busca de melhores condições de
1144 vida. A essa situação se somam as dificuldades de infraestrutura já apontadas, nesse caso
1145 particularmente dos meios de transporte para participar da festa. Essas questões foram
1146 discutidas com as comunidades nos Seminários organizados pela 2ª SR do Iphan em
1147 novembro de 2007, na cidade de Cachoeira do Arari, e que contaram também com a

1148 presença de representantes do Governo do Estado do Pará, com o objetivo de incrementar a
1149 parceria das comunidades com o poder público. Nesses seminários, foram apresentadas
1150 várias sugestões de grande interesse para a salvaguarda de aspectos fundamentais na
1151 realização das festividades, como a continuidade das folias e ladainhas e o registro de seus
1152 repertórios, inclusive os mais antigos; a possibilidade de remuneração dos mestres foliões,
1153 na medida em que precisam dedicar grande parte de seu tempo às festividades; a introdução
1154 do tema das folias no ensino fundamental; a formação de rezadores e foliões; além de
1155 problemas pontuais, como a dificuldade de aquisição de violas, sendo proposta a
1156 organização de oficinas de fabricação desse instrumento musical. Outra sugestão
1157 interessante foi no sentido de potencializar o aprendizado da ladainha às mulheres.

1158 **JUSTIFICATIVA PARA O REGISTRO.** A análise do mérito dessa proposta – entenda-se
1159 esse termo não como atribuição de “valor excepcional”, critério que não foi adotado nem no
1160 texto do decreto 3551/2000, nem na redação da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda
1161 do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 – ou seja, sua pertinência e relevância, tem como
1162 base, como já foi dito acima, a adequação do bem aos critérios definidos nos textos legais já
1163 citados, e também na “jurisprudência” resultante da prática, consolidada em resoluções e
1164 outros textos que divulguem determinados consensos por parte do DPI. Um primeiro
1165 critério, ou melhor, um pressuposto, é a adequação do bem ao conceito de “patrimônio
1166 cultural”, conforme expresso no *caput* do Art. 216 da Constituição Federal de 1988:
1167 “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial,*
1168 *tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à*
1169 *memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*” (...) Na avaliação do
1170 bem em questão, cabe levar-se conta também o parágrafo 1º. do Art. 215: “*O Estado*
1171 *protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos*
1172 *outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.*” Ou seja, a Constituição
1173 Federal em vigor reconhece a situação que mencionei na Introdução, relativamente ao
1174 conjunto dos bens até então incluídos no repertório do patrimônio cultural brasileiro, e
1175 explícita, no parágrafo acima citado, grupos da sociedade brasileira que deveriam, a partir de
1176 então, merecer atenção especial, de modo a tornar aquele repertório mais representativo de
1177 nossa diversidade cultural. Com o decreto 3551/2000, o Estado passa a dispor de um
1178 instrumento legal para suprir essa carência. No conjunto de bens já registrados,
1179 identificamos 4 bens localizados na região Norte do país, e entre esses, um inscrito no Livro
1180 das Celebrações: o Círio de Nazaré. Entretanto, embora ambos constituam “festas de santo”
1181 introduzidas no Brasil pelo colonizador, não poderiam ser mais diferentes em termos de sua

1182 visibilidade e alcance: enquanto o Círio (que tive a oportunidade de ver, também com
1183 profunda emoção) chega a reunir cerca de dois milhões de pessoas de diferentes
1184 procedências em Belém, durante a procissão que encerra as festividades, e tem atraído,
1185 sobretudo nos últimos anos, a atenção da mídia, a Festa de São Sebastião realizada em
1186 Cachoeira do Arari tem reunido cerca de dez mil pessoas no período em que ocorre – de 10 a
1187 20 de janeiro – oriunda, sobretudo da região do Marajó, e também do estado do Pará, mas,
1188 que eu tenha percebido, ainda não foi integrada ao calendário das grandes festividades
1189 religiosas nacionais. O que quero dizer com essa comparação é que, embora tenham a
1190 mesma origem religiosa, e ocorram na mesma região do Brasil, do ponto de vista de sua
1191 configuração essas duas festas constituem referências bastante distintas em termos de sua
1192 “*relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.*”
1193 (Decreto-lei 3551/2000, Art. 1º. Parágrafo 2º.) No meu modo de ver, a “*relevância*” das
1194 festas de São Sebastião no Marajó decorre não apenas do fato de serem referências
1195 marcantes para os marajoaras, como por constituírem um testemunho ímpar do vigor da
1196 religiosidade popular no Brasil, sendo, em seus rituais, organização e folguedos associados,
1197 criados e recriados ao longo de cerca de um século pelos devotos, uma das expressões mais
1198 significativas da história, da cultura, e também do meio-ambiente que caracterizam uma
1199 região ainda bastante inóspita e tão pouco conhecida do resto do país. Nesse sentido, essas
1200 festividades são representativas não apenas da cultura marajoara, como podem ser
1201 consideradas elemento indispensável para “*assegurar uma melhor visibilidade do*
1202 *patrimônio cultural imaterial e conhecimento de seu significado*”, contribuindo assim para
1203 “*encorajar o diálogo no que diz respeito à diversidade cultural*” (Convenção para a
1204 Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, Art. 16). Outro critério a ser
1205 levado em conta na avaliação de um pedido de Registro é o da “*continuidade histórica do*
1206 *bem*” (Decreto 3551/2000, Art. 1º. Parágrafo 2º.), que, no Brasil, se convencionou como
1207 sendo de, no mínimo, 75 anos (período equivalente a três gerações). Ora, constam do dossiê
1208 depoimentos que atestam a existência da festa, no caso da cidade de Cachoeira do Arari e,
1209 também, em outras localidades, há mais de cem anos. Ou seja, existe uma base para que esse
1210 critério esteja atendido. O critério da anuência prévia e informada por parte dos detentores
1211 do bem foi plenamente atendido com os abaixo-assinados enviados pelo Museu de Marajó,
1212 pela Irmandade do Glorioso São Sebastião e por algumas Prefeituras. Um critério expresso
1213 na Convenção da UNESCO de 2003, e que o Iphan tem acatado em suas resoluções, é o do
1214 respeito aos direitos humanos e às convenções internacionais de que o Brasil é signatário, e
1215 que se aplica plenamente a esse bem. Existe, inclusive, por parte dos proponentes, a

1216 expectativa de que o Registro possa vir a colaborar não apenas para a continuidade das
1217 festividades – que, segundo depoimentos, acha-se ameaçada em alguns de seus aspectos
1218 fundamentais – como para a preservação do meio ambiente e sociocultural que lhe serve de
1219 cenário e de contexto. Finalmente, cumpre lembrar que esse bem como tantas outras
1220 manifestações de natureza imaterial, não conta com outros instrumentos legais – tais como,
1221 por exemplo, patentes, indicações geográficas, direitos de propriedade intelectual - que
1222 possam contribuir para sua salvaguarda. Reconhecer sua relevância para a memória da
1223 nação, colaborar para que as condições de sua continuidade possam ser preservadas, dar-lhe
1224 visibilidade e explicitar os seus valores, significa também contribuir para o enriquecimento
1225 da nossa história, aquela micro história na qual a escala da observação é reduzida tal como
1226 ocorre com o *zoom* de uma lente fotográfica, permitindo assim que se possa vislumbrar em
1227 detalhe toda a riqueza de significação contida em uma manifestação bem delimitada no
1228 espaço e que tem ficado, para olhos externos, “encoberta” pelo manto verde da floresta e
1229 isolada em meio aos meandros do arquipélago. **CONSTRUÇÃO E RECORTE DO BEM**
1230 **A SER REGISTRADO.** Entre a impressão, a partir de um pedido de Registro, de que o
1231 bem proposto é passível e ser inscrito em um ou mais Livros, e a construção mais adequada
1232 do bem a ser registrado, costuma ser percorrido um longo caminho, pavimentado
1233 inicialmente pelos mapeamentos e inventários, mas também por consultas a outras fontes e,
1234 sobretudo, aos próprios detentores - base para as análises a serem feitas pelas instâncias
1235 técnicas e consultivas do Iphan. Esse processo é comum a todo ato de proteção de um bem
1236 cultural pelo poder público, pois, também no caso do patrimônio material, um tombamento
1237 pressupõe, entre outros procedimentos, a precisa delimitação do bem: no caso, por exemplo,
1238 do imóvel isolado, o processo pode parecer mais simples (ainda que exija a definição do
1239 entorno a ser também protegido); já no caso de conjuntos urbanos ou de paisagens, sabemos
1240 como essa definição é complexa, pois requer também a consideração de vários fatores de
1241 outras ordens que não apenas a cultural. Ora, em se tratando de “*bens culturais de natureza*
1242 *imaterial*”, sua preservação em termos do Registro visa não a garantir sua integridade física,
1243 e sim a contribuir para sua continuidade, uma vez que se está tratando não de produtos, mas
1244 de processos em constante transformação. Por esse motivo, essa construção é bem mais
1245 complexa, pois sua matéria é o chamado “patrimônio vivo”, produzido e reproduzido por
1246 pessoas que, no tempo, têm sido responsáveis por sua sobrevivência, e para quem essas
1247 manifestações fazem parte de suas vidas: a elas se vinculam valores como sobrevivência,
1248 religiosidade, expressão estética, sociabilidade, etc. Não é por acaso que a noção de
1249 “referência cultural”, que atualmente se aplica a todo o universo do patrimônio cultural

1250 brasileiro, foi elaborada, nas décadas de 70 e 80 do século passado, a partir de experiências
1251 de trabalho no campo da vertente do então chamado “patrimônio cultural não consagrado”.
1252 No caso do processo de Registro da Festividade de São Sebastião no Marajó, esse foi o
1253 aspecto mais discutido e polêmico, mesmo porque já havia sido abordado, no âmbito do
1254 DPI, relativamente a outras festas religiosas, como aquelas em louvor ao Divino Espírito
1255 Santo, que ocorrem em várias regiões do Brasil. Até o momento, a opção – a meu ver
1256 acertada – tem sido de analisar cada caso, reunindo o máximo possível de informações. E,
1257 no caso das festas do Divino, foram registradas separadamente a de Pirenópolis, GO (2010)
1258 e a de Paraty, RJ (2013). Também as outras festas de santo – Círio de Nazaré (2004), Festa
1259 de Santana do Caicó, RN (2010) e Festa do Senhor do Bonfim (2013) - tiveram um registro
1260 individualizado. O primeiro pedido que chegou ao Iphan, em 2008, foi da versão mais
1261 expressiva das festividades de São Sebastião no Marajó: aquela celebrada na cidade de
1262 Cachoeira do Arari, que ocorre anualmente no período de 10 a 20 de janeiro, dia consagrado
1263 ao santo no calendário católico. A organização e a realização dessa festa acham-se descritas
1264 em todos os seus detalhes e dimensões no dossiê e no DVD e é possível perceber o profundo
1265 envolvimento de seus participantes. Entretanto, com a extensão do INRC sobre a festividade
1266 de São Sebastião, em 2009, já mencionado, a toda Ilha do Marajó, foram identificadas
1267 festividades análogas em outras localidades, algumas das quais atendiam ao critério de
1268 continuidade histórica mínima de 75 anos. Ficou assim evidenciada a existência de uma rede
1269 de celebrações em torno do santo nos limites da região do Marajó, se bem que diversas em
1270 suas manifestações, situação classificada no primeiro relatório de Luciana Luz como “*com*
1271 *certeza muito complexa*”. A hipótese então levantada pela Câmara do Patrimônio Imaterial
1272 em sua 15ª reunião foi de que “*a Festividade de Cachoeira do Arari poderia ser entendida*
1273 *como referencial para as comunidades da ilha sem, entretanto, excluir as demais expressões*
1274 *de devoção que aí ocorrem, o que corresponderia a uma ampliação do objeto de registro.*”
1275 (Ofício da então Diretora do DPI, Márcia Sant’Anna, ao proponente). O alentado Dossiê de
1276 Registro das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó, de 2011, conclui que
1277 a justificativa na construção do bem a ser registrado deve levar em conta “*uma possibilidade*
1278 *de reforço sociocultural e uma possibilidade de contemplação de muitos grupos sociais por*
1279 *políticas públicas que, além de reforçar e assegurar os meios de reprodução cultural pode*
1280 *estar vinculado a atividades geradoras de renda e profissionalização. Como grupos*
1281 *formadores da sociedade brasileira, são, portanto, partes legítimas para terem seu*
1282 *patrimônio reconhecido como nacional.*” O argumento mais consistente em favor da
1283 ampliação do objeto de Registro encontra-se, a meu ver, no seguinte trecho do Dossiê: “A

1284 *devoção a São Sebastião nas diversas localidades do Marajó constitui uma intrincada rede*
1285 *de comunicação e trocas entre o movimento da festividade principal na sede do município e*
1286 *seu interior, como nas festividades das sedes de Breves, São Sebastião da Boa Vista e*
1287 *Cachoeira do Arari. Ainda que no interior desses municípios haja uma festividade própria*
1288 *ou uma representação da grande festividade da sede, há uma interlocução permanente entre*
1289 *essas festividades menores do interior e aquelas da sede.”* O segundo parecer de Luciana
1290 Luz, de 2012, avalia a nova proposta à luz das características extremamente particulares da
1291 ilha de Marajó, e a considera pertinente com base no raciocínio abaixo citado, sem relevar,
1292 no entanto, suas dúvidas quanto ao recorte e à definição do bem: “*Essa dinâmica local,*
1293 *definida pelas características geográficas, pelo isolamento das comunidades e pelos*
1294 *aspectos históricos e de ocupação do território, possibilitaram que a devoção a São*
1295 *Sebastião se concentrasse e se desenvolvesse de forma específica na ilha do Marajó, e,*
1296 *consequentemente, se mantivesse viva.”* Ou seja, uma das principais funções dessa devoção
1297 tem sido de estreitar os laços entre comunidades que, embora habitem uma mesma ilha, têm
1298 encontrado, ao longo do tempo, dificuldades de toda ordem para entrar em contato e
1299 vivenciar momentos de sociabilidade mais ampla. Toda essa prudência me parece bastante
1300 justificada, tendo em vista as decisões anteriores quanto ao tratamento de bens registrados
1301 no Livro das Celebrações, e, sobretudo, como chamou a atenção, durante a reunião da
1302 Câmara Técnica realizada em julho de 2012, a então Coordenadora Geral de Salvaguarda do
1303 DPI, Maria Teresa Paiva Chaves, as dificuldades de acesso e de condições efetivas de
1304 salvaguarda específicas da região, face ao compromisso que, a partir do Registro, o Iphan
1305 passa a assumir em relação à preservação do bem. Finalmente, diante de todas essas
1306 ponderações bastante procedentes, a manifestação da Superintendente da 2ª. SR veio
1307 reforçar a ideia, predominante entre os participantes, de que a melhor solução seria registrar
1308 sem nomear localidades específicas, apenas especificando os critérios a serem atendidos,
1309 pois “*há 10 anos o Iphan sequer era conhecido no Marajó e agora ele é demandado*
1310 *constantemente”*. Ou seja, aos desafios a serem enfrentados para a salvaguarda do bem se
1311 contrapõem os possíveis ganhos, para as comunidades locais e também para o Iphan, com
1312 essa nova configuração do bem a ser registrado. **CONCLUSÃO.** Uma melhor compreensão
1313 dos valores que, a meu ver, justificam o Registro das Festividades de São Sebastião no
1314 Marajó, pode ser alcançada se inserirmos essa manifestação no conjunto dos bens que
1315 referem o calendário de festividades da Igreja Católica, já inscritos no Livro das
1316 Celebrações. Esta festa não apresenta a “monumentalidade” do Círio de Nazaré celebrado
1317 em Belém, nem as configurações tão particulares da Festa do Divino Espírito Santo, em

1318 Pirenópolis, ocasião em que ocorrem as Cavalhadas, ou da Festa do N. S. do Bonfim, em
1319 Salvador, quando são lavados os degraus da igreja consagrada ao santo, em ritual associado
1320 ao candomblé. Mesmo as festas de Santana do Caicó e do Divino Espírito Santo em Paraty
1321 constituem eventos concentrados no tempo (alguns dias) e, sobretudo, num espaço bem
1322 delimitado. Certamente devem existir, por esse Brasil afora, inúmeras festas de santo que se
1323 assemelhem à celebração em Cachoeira do Arari, tanto em sua escala quanto nos seus
1324 elementos e no envolvimento dos devotos – o que em nada diminui a relevância e o valor do
1325 bem que ora avaliamos para Registro. Mas o que, no meu entendimento, constitui uma
1326 característica muito particular – e daí a felicidade do recorte construído - desse bem que ora
1327 avaliamos – As Festividades de São Sebastião em Marajó - é a sua capilaridade em
1328 praticamente toda a ilha – território maior que alguns estados brasileiros – e o seu longo
1329 ciclo de intensa preparação, que pode chegar a seis meses. Considero esses dois traços
1330 evidências de sua importância enquanto referências fundamentais da identidade marajoara,
1331 como também de seu papel agregador na organização da vida social e, sobretudo espiritual
1332 dos habitantes da ilha. O Brasil é uma nação relativamente recente, de enorme extensão e
1333 grande e rica diversidade cultural. Mas, se sua imagem é fortemente marcada, para os
1334 brasileiros e também no exterior, muito de sua história ainda está para ser contada, e muitas
1335 são as regiões de que pouco se sabe sobre o modo como foram ocupadas, especialmente a
1336 partir do ponto de vista de seus habitantes, tanto no passado como no presente. Essa
1337 observação é válida, sobretudo para a região norte, e nesta, principalmente para terras como
1338 as do Marajó. Nesse sentido, não tenho a menor dúvida de que o Registro das Festividades
1339 de São Sebastião em Marajó pode contribuir também o enriquecimento desse capítulo de
1340 nossa História, tanto em função da fartíssima e detalhada documentação produzida quanto
1341 de seu lugar na construção, da *“memória dos diferentes grupos formadores da sociedade*
1342 *brasileira.”* Por todos esses motivos, e embora o recorte do bem possa parecer ousado e
1343 mesmo temerário, por seus contornos fluidos e imprecisos, tendo em vista especialmente os
1344 compromissos que o poder público passa a assumir, com o Registro, em relação à
1345 salvaguarda do bem, não tenho dúvidas nem receio quanto à adequação da proposta tal como
1346 veio a ser formulada ao final do processo. E se a endosso neste parecer, é porque ela se apoia
1347 em um levantamento de informações extremamente minucioso, em que foram identificadas e
1348 descritas, com a precisão possível, as festividades que, naquele grande território recortado
1349 pelas águas, atendem aos requisitos para sua **Inscrição no Livro de Registro das**
1350 **Celebrações.** Maria Cecília Londres Fonseca - 27/11/2013, Conselheira”. Agradecendo à
1351 Senhora Maria Cecília, a Presidenta abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro

1352 Ulpiano Meneses comentou que a Conselheira Cecília Londres foi extremamente feliz, não só
1353 no juízo sobre o pedido do registro em discussão, mas também pela introdução de questões
1354 metodológicas de importância capital e que podem servir então para enriquecer o arsenal
1355 normativo dos casos da mesma espécie. Falou que: “De fato é necessário refletir sobre as
1356 festas como manifestações, que não se caracterizam forçosamente por um modelo formal e
1357 ideal, que se distribuem espacialmente, mas em uma pluralidade de formas de existir como,
1358 portanto efeitos extremamente variáveis e diversificados e que dificilmente caberiam em
1359 categorias que não fossem obrigatoriamente flexíveis, de maneira que então o tratamento
1360 que ela deu ao caso específico, me parece merecer a nossa aprovação”. A Conselheira
1361 Lucia Hussak parabenizou a Conselheira Cecília e na mesma linha do Conselheiro Ulpiano
1362 afirmou que o parecer vai poder iluminar outros registros de bens semelhantes porque o raio
1363 de ressonância das Festas de Santo na Amazônia é absolutamente imenso, vai do Marajó até
1364 o Alto do Rio Negro. A Conselheira Myriam Ribeiro pontuou o detalhe sobre os
1365 missionários que introduziram a Festa de São Sebastião no Marajó dizendo que eram, são
1366 possivelmente Jesuítas, porque São Sebastião o era um culto específico dessa irmandade
1367 que, inclusive introduziu São Sebastião no Rio de Janeiro. Em seguida falou o Conselheiro
1368 Luiz Viana Patrimônio Cultural para Bahia que disse ter visto uma preocupação da
1369 Conselheira quando fez o recorte e considerou importante destacar essa questão que,
1370 segundo ele, é o trabalho de continuidade posterior do Iphan, para à medida que for sendo
1371 demandadas as salvaguardas, incluir como no objeto recortado, alguma festividade que
1372 esteja ligada a São Sebastião, mas que não esteja descrito no seu dossiê ou no seu relatório.
1373 A Conselheira Cecília disse que as inúmeras ocorrências que existem, todas são Festividades
1374 de São Sebastião. Mas aquelas passíveis de serem incluídas no registro, com o sentido de
1375 serem reconhecidas como registradas, têm que se adequar aqueles critérios de continuidade
1376 histórica, segundo ela, o principal critério. A Diretora do Departamento do Patrimônio
1377 Imaterial, Célia Corsino, por solicitação da Superintendente Dorotéia, abordou a questão da
1378 salvaguarda no âmbito da discussão do recorte. Afirmou: “Quando você tem uma coisa
1379 muito pontual, você pode fazer um plano de salvaguarda, está ali fechado e está resolvido,
1380 mas essa não é a realidade do Patrimônio Cultural Imaterial”. Mesmo naquilo que está
1381 fechado, o que vemos é um movimento enorme nos bens culturais já registrados. Eles se
1382 expandem. Por quê? Eles saem da escuridão em que estavam e vão para a luz e começam a
1383 ser visíveis. Isso a gente tem visto no samba de roda, que começou com uma coisa pontual e
1384 agora nós temos muitos outros grupos, estabelecendo uma rede de samba de roda do
1385 recôncavo. Nós temos visto isso no Jongo, que no dia do registro tinha um Jongo, um grupo

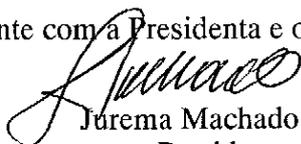
1386 de Jongo identificado no Espírito Santo e agora nós temos mais de 20. É isso que é talvez o
1387 maior diferencial, o maior desafio do Patrimônio Imaterial. Dependendo naturalmente do
1388 recorte do registro, nas condições gerais como são as festividades, agora precisamos ter
1389 claro quais são os critérios. Então o critério da continuidade histórica, tem sido um critério
1390 muito utilizado, inclusive para a gente poder ter esse distanciamento daquele bem, daquela
1391 manifestação. Não havendo que mais quisesse se manifestar a Presidenta Jurema colocou em
1392 votação o Parecer elaborado pela Conselheira Cecília Londres, tendo os Conselheiros
1393 **aprovado por unanimidade o Registro da Festa do Glorioso São Sebastião na Região**
1394 **do Marajó no Livro de Registro das Celebrações.** Em seguida, a Presidenta encaminhou a
1395 discussão do **4º ponto da pauta:** consulta o processo de instrução de tombamento, em
1396 andamento, dos edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco na Rua Maria Antônia, em São
1397 Paulo, apresentada pelo Técnico do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização-
1398 Depam, Antonio Miguel Lopes de Sousa, o qual informou que se tratava de uma consulta
1399 sobre processo de tombamento dos edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco USP, situados
1400 na Rua Maria Antônia, solicitado pela Fundação Maria Antônia da USP e sobre o qual o
1401 Depam entendia necessário proceder a uma consulta prévia ao Conselho Consultivo no
1402 sentido de clarificar os termos para o desenvolvimento do referido processo de tombamento
1403 cujo pedido iniciara-se 2.005, inicialmente como pedido de Registro do lugar no âmbito do
1404 Patrimônio Imaterial, sendo que, posteriormente, decorrente de parecer do Departamento do
1405 Patrimônio Imaterial afirmando que apesar das informações e depoimentos apontarem a Rua
1406 Maria Antônia, suas Faculdades e atividades intelectuais como constitutivas de fato como
1407 um lugar alinhado às categorias de bens culturais de natureza imaterial definidas no Decreto
1408 nº 351, de 2000, os remanescentes desses espaços, nos dias atuais, não configurarem mais,
1409 um lugar de práticas acadêmicas e estudantis equivalentes àquelas dos anos 60, do século
1410 passado, a discussão interna decidiu por configurá-lo como solicitação de tombamento com
1411 base em um conjunto de argumentos citados inicialmente no pedido, relativos aos
1412 acontecimentos da década de 1960, que rodearam estes dois edifícios e designados como os
1413 acontecimentos da Maria Antônia em São Paulo onde esteve alocada a Faculdade de
1414 Filosofia e Letras da USP, na Rua Maria Antônia. O ano de 1968 é a data consagrada em
1415 todo o processo à batalha da Rua Maria Antônia, que confrontou os Estudantes da USP com
1416 Estudantes do Mackenzie. Em 1988, o edifício Rui Barbosa, é tombado pelo
1417 CONDEPHAAT, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, e sua área de entorno
1418 engloba o edifício Joaquim Nabuco. Em 1991 o edifício volta à posse da USP e é tombado
1419 pelo Compresp, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e

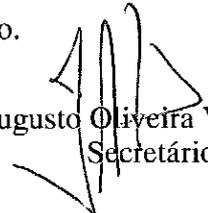
1420 Ambiental da Cidade de São Paulo e em 1993, é instalada então a Sede do Centro
1421 Universitário Maria Antônia. Em 2005 é feita a solicitação do pedido do Registro Federal, e
1422 em 2.012, o pedido de Tombamento. A justificativa para o pedido da Fundação envolveu os
1423 seguintes argumentos: 1 – *A importância da Universidade de São Paulo na história cultural,*
1424 *intelectual, científica e política, uma Instituição social decisiva para a afirmação de*
1425 *padrões laicos, racionais, cosmopolitas e democráticos do pensamento e sociabilidade do*
1426 *Brasil.* 2 – *A associação na memória coletiva entre os gênios da Universidade de São*
1427 *Paulo, o conjunto da Maria Antônia, antiga Sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e*
1428 *Letras e a luta democrática dos Estudantes universitários brasileiros.* 3 – *A necessidade de*
1429 *afirmar no campo do Patrimônio Cultural, a singularidade e a importância histórica das*
1430 *Universidades para o conhecimento, o autoconhecimento e a transformação do país.* 4 – *A*
1431 *possibilidade de contribuir para a construção de parâmetros de limitação no âmbito do*
1432 *IPHAN, de marcos nacionais relevantes do Patrimônio da educação em geral e do ensino*
1433 *superior em particular, assim como da resistência democrática fomentada no meio*
1434 *Universitário brasileiro.* 5 – *A preservação da experiência e da memória associada ao bem*
1435 *cultural em questão, graças à ação de organismo vivo da Universidade, o Centro*
1436 *Universitário Maria Antônia, que as valoriza e renova por meio da atividade ao alcance*
1437 *público, político, cultural, acadêmico, assegurando o usufruto pela Sociedade do bem*
1438 *tombado.* Na avaliação do Depam não há estudos que mostrem com clareza, qual é o
1439 significado da Maria Antônia no âmbito da construção desse novo processo de ensino para o
1440 Brasil, dessa nova visão do mundo e em face desses argumentos no pleito de 2.012 e, ainda
1441 de acordo com a análise e manifestação realizada pela Superintendência do IPHAN em São
1442 Paulo, ficou claro que o objeto do tombamento não é o conjunto arquitetônico que compõe o
1443 atual CEUMA, o Centro de Estudos Universitário de Maria Antônia, os edifícios Rui
1444 Barbosa e Joaquim Nabuco e os espaços que os interligam, mas o lugar que concentra a
1445 memória dos múltiplos acontecimentos relevantes tratando-se, portanto, de acordo com
1446 Miguel Lopes de Sousa, de proceder-se à análise de se esse conjunto de fatos se apresenta
1447 também com relevante valor para a história e memória da Sociedade brasileira. Nesse
1448 sentido tornar-se-á irrelevante considerar o nível de integridade dos imóveis com critério a 
1449 ser ponderado em eventual tombamento, pois os remanescentes já pouco se podem associar
1450 a um uso ou a uma vivência de origem mundo. Assim a matéria do presente processo
1451 deveria constituir-se no estudo dessa memória, ou desse lugar da memória, tal como sugere
1452 Carolina Dal Bem Pádua, na conclusão do seu parecer ao recomendar que o processo seja
1453 submetido à apreciação do Historiador, visando à manifestação quanto ao efetivo valor

1454 histórico do país e atenções, que permita situa-se hoje como lugar de memória. Com base
1455 nessas considerações o Depam entendeu que o presente processo merece prévia consulta ao
1456 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no sentido de se pronunciar sobre a pertinência
1457 da proposta do tombamento, ponderada pela Superintendência do IPHAN em São Paulo, e
1458 respectiva indicação para a inscrição do Livro do Tombo Histórico. Antes de passar a
1459 palavra aos Conselheiros, a Presidenta Jurema Machado fez o seguinte comentário;
1460 “Diferente da nossa prática em que os processos vêm com alguma posição mais definida do
1461 IPHAN, nós estamos tratando de uma consulta que eu acho extremamente interessante porque
1462 situações análogas existem e as decisões em relação à natureza do tombamento são muito
1463 relevantes para a gestão posterior do bem, pois se eventualmente fazemos uma confusão
1464 entre o valor histórico e o valor do edifício em si, no minuto seguinte da decisão do
1465 tombamento estaremos controlando o entorno, a dobradiça da porta, o piso da entrada. Esse
1466 tipo de decisão, ele tem que ser qualificado justamente para orientar a ação posterior do
1467 IPHAN sobre esse bem”. O Conselheiro Marcos Azambuja afirmou que isso lhe parecia
1468 um caso clássico de uma placa dizendo: *Aqui nos anos tais e tais, aconteceram tais coisas*
1469 *que devem ser preservada para a memória da inteligência, da cultura, da civilização*
1470 *paulista*, sendo, portanto, favorável a que a memória seja preservada sem precisar entrar em
1471 uma longa discussão sobre se os prédios têm valor arquitetônico histórico que justifique esse
1472 tombamento rigoroso. Em seguida o Conselheiro Ulpiano de Meneses opinou que há a
1473 Maria Antônia foi fundamental para história da Universidade no país, mas que não havia
1474 sido lá que começou a implantação do projeto destinado a associar o ensino a pesquisa, isto
1475 é, a ciência básica, a ciência aplicada, para evitar que a Universidade fosse uma Federação
1476 de escolas profissionais composta pelas três já presentes em São Paulo, como a Politécnica,
1477 a Medicina e Direito. Mas a ideia era articular em um único foco a produção de
1478 conhecimento a ser aproveitado pelas demais áreas que comporiam a Universidade. A
1479 Faculdade de Filosofia começou na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,
1480 cujo projeto previa justamente uma organização espacial adequada a essa integração de
1481 ciência aplicada e ciência pura. Porém, por uma série de fatores, havia sido na Maria
1482 Antônia que essa estruturação começou a se desenvolver de uma forma mais
1483 institucionalizada, materializando-se em uma forma de convivência produtora de ideias, de
1484 conhecimento, desembocando na produção política no sentido de reflexões sobre a coisa
1485 pública. Concluiu sua fala considerando que esse aspecto deveria, hoje, ser muito mais
1486 ressaltado respeitando-se, evidentemente, os aspectos da sua fase final heroica sem esgotar
1487 todos os sentidos em valores que isso representa. Acredita que valeria a pena prosseguir nos

1488 estudos, para chegar a alguma conclusão, relativamente a um tombamento ou coisa
1489 semelhante. O Conselheiro Synésio Fernandes pediu a palavra para dizer da dificuldade de
1490 apresentar pareceres decorrente dessa divisão que se faz do bem cultural, necessitando uma
1491 discussão e decisão do Conselho sobre isso. Apontou que houve processos que bens foram
1492 tombados nos três livros pela dificuldade de se separar o aspecto histórico, do de belas artes
1493 e do paisagístico desconhecendo-se fundamentalmente se eles tinham as qualidades que o
1494 individualizassem, para tombar em cada um desses livros. O Conselheiro Luiz considerou
1495 que esse tipo de questão, não deve ser objeto do Conselho, uma vez que os Órgãos internos
1496 do IPHAN é que teriam qualificação suficiente para estabelecer se é pertinente ou não, e
1497 depois de feito os estudos trazer ao Conselho para uma deliberação, senão, de acordo com
1498 ele vai se criar um novo procedimento no Conselho de toda vez que tiver uma dúvida
1499 qualquer no Departamento, se traz aqui para consulta. Sobre as observações do Conselheiro
1500 Synézio, expressou que valor artístico, valor paisagístico, valor histórico, são coisas distintas
1501 e a cada momento podem ser avaliados isoladamente ou em conjunto, pois muitas vezes
1502 aparecem em conjunto. A Presidenta Jurema Machado encerrou a discussão desse ponto da
1503 Ordem do Dia afirmando que a natureza conceitual filosófica do problema estava colocada,
1504 e ela dizia respeito à política de proteção como um todo e ao instrumento para tal fim, o
1505 provocou a discussão no Conselho para compartilhamento das dúvidas, mas que ela
1506 evidentemente não poderia ser conclusiva apenas naquele ambiente. Falou que a proposta
1507 poderia ter sido trabalhada na Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, mas devido à
1508 transição na composição do Conselho. Como a Câmara tem que se formada à luz da nova
1509 composição do Conselho, a discussão ficou prejudicada. Com apoio dos Conselheiros,
1510 aprovou levar o tema para a Câmara Setorial, a ser convocada. Em seguida a Presidenta fez
1511 menção ao documento colocado nas pastas dos Conselheiros, explicando tratar-se de uma
1512 síntese da síntese da proposta de *Carta de Serviços ao Cidadão*, instituída pelo do Decreto
1513 6.932 de 2.009, cuja elaboração e publicação está disposta na Instrução Normativa nº 1, de 6
1514 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, complementada pelas disposições da Lei
1515 nº 12.517/2011, Lei de Acesso à Informação. A Carta tem por objetivo deixar claro quais
1516 são os serviços prestados pela Instituição: como nos relacionamos com o público externo;
1517 que serviços são prestados. Define prazos e condições em que se dá o acesso. Tendo em
1518 vista a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, indica com como se procede a um
1519 pedido de informação. Informará como se obtém autorização, tanto para acesso ao
1520 Patrimônio Genético quando envolve conhecimentos Tradicionais, como para pesquisa em
1521 sítios arqueológicos. A Carta, também, vai indicar ao cidadão como e a quem se dirigir no

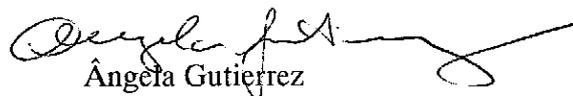
1522 âmbito da Instituição, definir prazos e consequências pelo descumprimento do estabelecido.
1523 Essa é a síntese refere-se, segundo a Presidenta, à natureza dos compromissos do IPHAN
1524 para com a sociedade. Por fim, disse que ele terá uma atualização periódica e em pouco
1525 tempo circulará uma versão eletrônica do documento, ainda em elaboração, com o objetivo
1526 de receber críticas e ter a validação do público externo, para que a carta cumpra o seu ciclo.
1527 Em seguida colocou em pauta a ratificação da aprovação das Atas das 72ª e 73ª Reuniões do
1528 Conselho Consultivo, com a explicação de que houve manifestação favorável dos
1529 Conselheiros presentes às duas reuniões através de e-mail, e que alguns deles não estavam
1530 presentes por ter havido a transição de Conselheiros. Não havendo discordância, as Atas
1531 foram aprovadas. Também foi aprovado o calendário proposto para as reuniões de 2014: 26
1532 de fevereiro; 21 de maio; 27 de agosto e 26 de novembro, em Brasília. Em seguida a
1533 Presidenta agradeceu a presença dos Conselheiros e convidou a todos para o lançamento do
1534 da publicação Inventário dos Terreiros do Distrito Federal e Entorno. Nada mais havendo a
1535 tratar deu por encerrada a 74ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, da
1536 qual, eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata, que dou fé e assino,
1537 juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho.

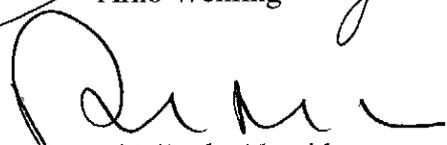

Jurema Machado
Presidenta


Jorge Augusto Oliveira Vinhas
Secretário

Conselheiros:


Acir Pimenta Madeira


Ângela Gutierrez


Arno Wehling

Breno Bello de Almeida


Carla Maria Casara

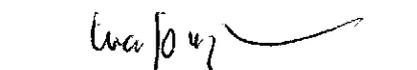

Carlos Eduardo Dias Comas


Cléo Alves Pinto de Oliveira

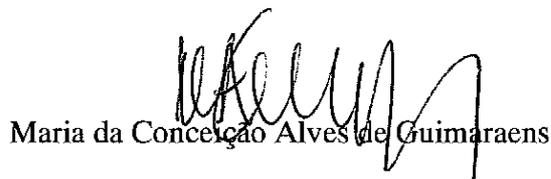

Cristiana Nunes Galvão Barreto


Eugênio Ávila Lins


Luiz Felipe De Castro Andrés

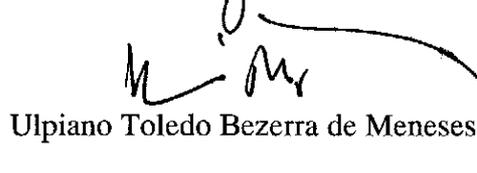

Marcos Castrioto de Azambuja


Maria Cecília Londres Fonseca


Maria da Conceição Alves de Guimaraens


Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira


Synésio Scofano Fernandes


Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

EM BRANCO

[Handwritten signature]